

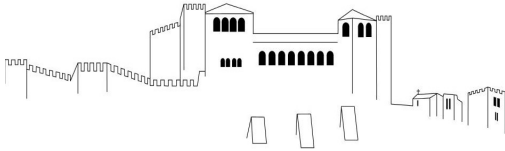
ATA N.º 3/2021

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 30 DE
ABRIL DE 2021**

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, por videoconferência, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram presentes por **videoconferência**, os seguintes **deputados**:

1. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
2. Ana Carla Marques Pereira Gomes;
3. António Ferreira Pereira de Melo;
4. António José de Almeida Sequeira;
5. Artur Rogério de Jesus Santos;
6. Carlos Manuel Carvalheira Barbeiro;
7. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
8. Céline Moreira Gaspar;
9. Cláudia Alexandra Machado Santos da Silva;
10. Daniela Alexandra Lopes de Sousa;
11. Eulália Rodrigues Crespo Duarte;
12. Fábio Alexandre Seguro Joaquim;
13. Faustino Ferreira Coelho Guerra;
14. Fernando Paulo Mateus Elias;
15. Helena Cristina da Fonseca Brites;
16. Joana Brito Cartaxo;
17. Joana Marisa Pedrosa Vieira Correia;
18. Joaquim Carreira Mónico;
19. Jorge Manuel Vieira Crespo;
20. José António Sousa e Silva;
21. José Artur das Neves Ferreira;
22. José Carlos Matias Filipe;
23. José da Silva Alves;
24. José Manuel da Cunha;
25. José Pereira dos Santos;
26. Manuel António Azenha dos Santos Pereira;
27. Margarida Maria Castelão de Sousa Dias;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

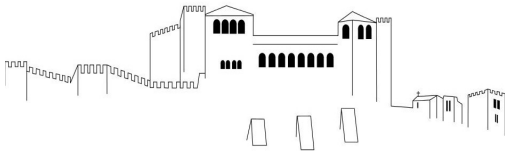
28. Mário Rodrigues;
29. Mário de Sousa Gomes;
30. Micael de Silva e Sousa;
31. Paula Luísa Bacharel Santos Gil;
32. Paulo Alexandre Jesus Clemente;
33. Paulo Pedrosa Pedro;
34. Pedro Manuel Carreira Pedrosa;
35. Pedro Ricardo Soares Pimenta;
36. Renato José dos Santos Cruz;
37. Ricardo de Jesus Gomes;
38. Rui Lebreiro;
39. Rui Manuel Passadouro da Fonseca;
40. Tânia Andreia Cardoso Rodrigues;
41. Telma Carreira Curado;
42. Vítor Manuel Casimiro Matos;
43. Vítor Manuel da Silva Santos.

Estiveram presentes por **videoconferência**, os seguintes **membros do executivo**:

- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Ana Catarina de Moura Louro;
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Ana Maria Fernandes Esperança;
- Anabela Fernandes Graça;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos;
- Rita Alves da Costa Azevedo Coutinho;
- Álvaro Madureira;
- Ana Silveira;
- Fernando José da Costa.

Os seguintes deputados municipais solicitaram a sua **substituição**:

- Laura Maria Santos de Sousa Esperança, substituída por Fernando Mota Tavares;
- Vítor Pereira dos Reis, substituído por Valentim Teodósio Ferreira;
- Teófilo Agostinho Martins Araújo dos Santos, substituído por Daniel Marques;
- João Manuel Faria Fernandes da Cunha, substituído por Fábio Micael Costa Bernardino;
- Gastão Manuel de Oliveira Neves, substituído por Beatriz Proença Vaz;
- Carlos António Cordeiro da Conceição, substituído por Maria Fernanda Menino Ribeiro Faustino;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

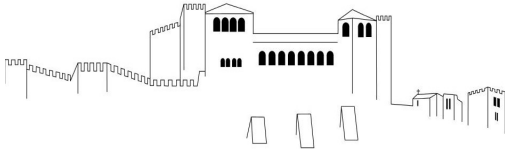
- Rosa Maria Pedrosa, substituída por Ilídio Fernandes;
- Ventura Tomaz, substituído por Lucília da Silva Letra (Secretária Junta Freguesia Coimbrão);

Faltaram os senhores deputados Fernando Mota Tavares e Ilídio Fernandes e o senhor Vereador Carlos Palheira.

A sessão foi presidida pelo senhor António José de Almeida Sequeira, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada por José da Silva Alves, 1.º secretário da Mesa, e por Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra, 2.ª secretária da Mesa.

Havendo "quórum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram **21h10** horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

- 1. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro –** Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- 2. VI Alteração Modificativa Orçamento Municipal de 2021 -** Apreciação, discussão e votação;
- 3. Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais 2020 – 2024. Listagem de compromissos plurianuais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria –** Para conhecimento;
- 4. Juntas de Freguesia:**
 - 4.1. Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração do Apoio para as despesas correntes e despesas de capital –** Apreciação, discussão e votação;
 - 4.2. Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração do Apoio das despesas correntes – JF Arrabal -** Apreciação, discussão e votação;
 - 4.3. Atribuição de Apoio Pontual para obras à União de Freguesia de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes -** Apreciação, discussão e votação;
 - 4.4. Alteração ao contrato de comodato da antiga Escola EB1 de Crasto -** Apreciação, discussão e votação;
 - 4.5. Adenda ao Protocolo de Colaboração entre o Município de Leiria e Doze Freguesias do Município tendo em vista a instalação e funcionamento de espaços de cidadão -** Apreciação, discussão e votação;
 - 4.6. Contrato Interadministrativo de delegação de competências no âmbito da execução de obras diversas - 2.ª adenda -** Apreciação, discussão e votação;
 - 4.7. Minuta de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências no âmbito da Educação, 2021 -** Apreciação, discussão e votação;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

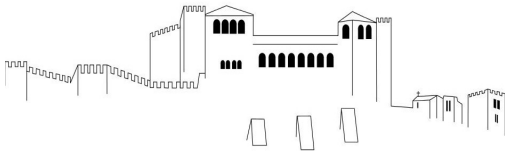
- 5. Adenda ao Protocolo para instalação e funcionamento de Espaços Cidadão no Município de Leiria, entre a AMA e o Município de Leiria** - Apreciação, discussão e votação;
- 6. Regulamento de Apoio ao Investimento e à Criação de Emprego no concelho de Leiria. 1.ª alteração** - Apreciação, discussão e votação;
- 7. Aprovação da Estratégia Municipal de Saúde do Município de Leiria** - Apreciação, discussão e votação;
- 8. Estratégia Local para Habitação** - Apreciação, discussão e votação;
- 9. Orçamento Participativo - aprovação da Carta de Princípios e Normas de Participação da edição 2021-2022** – Apreciação, discussão e votação;
- 10. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios** - Apreciação, discussão e votação;
- 11. Organização Interna:**
 - 11.1. Abertura de procedimento concursal de recrutamento e seleção com vista ao provimento de titular de cargo de direção intermédia de 2.º grau. Proposta para designação, pela Assembleia Municipal de Leiria, do correspondente júri de recrutamento** - Apreciação, discussão e votação;
 - 11.2. Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Leiria para 2021 – Alteração** - Apreciação, discussão e votação;
- 12. Relatório anual de atividades 2020 da CPCJ de Leiria de acordo com o estipulado na alínea h) do nº 2 do art.º 18º da LPCJP** - Para conhecimento;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, a todos cumprimentou e deu início à segunda sessão ordinária de 2021, por videoconferência.

De seguida mencionou os senhores deputados que solicitaram a sua substituição na sessão e enumerou os seus substitutos.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, fez saber que existiam duas atas referentes a sessões anteriores (que foram disponibilizadas a todos para leitura na área reservada da Assembleia Municipal) para aprovação tendo submetido à apreciação a **ata n.º 6/2020**, referente à sessão ordinária realizada no dia 11 de dezembro de 2020.

A ata foi **aprovada por maioria, com duas abstenções** (Lucília Letra (Junta de Freguesia do Coimbrão) e Daniel Marques).



Município de Leiria
Assembleia Municipal

De seguida submeteu à apreciação a **ata nº 1/2021**, referente à sessão ordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 2021.

A ata foi **aprovada por unanimidade.**

Continuando a sua intervenção o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, deu conta de que esteve no dia 19, mais uma vez, a presidir à Assembleia de Jovens Deputados, organização do pelouro da Educação. Este ano o tema era "O regresso de Leiria - que planos para um futuro?" uma sessão animadíssima e extraordinariamente interessante, com gente jovem, gente interessada pela política, com uma elevação. Explicou que foram apresentadas 25 propostas tendo sido todas aprovadas, mas poucas por unanimidade, com votos contra, com abstenções, com propostas de alteração, com declarações de voto, etc. Afirmou ter sido uma sessão que, no seu entender, correu extraordinariamente e fizeram todos os possíveis por dar a conhecer, 1º por mostrar o importante que é pessoas desta idade, jovens do 10º, 11º e 12º ano interessarem-se pela política, tendo-lhes feito ver que a política não é má em si, alguns é que a servem mal e dão-lhe má fama, mas os países em democracia têm que ser governados por políticos não podem ser governados por mais ninguém. Referiu ter sido, mais uma vez, uma sessão completamente conseguida tendo ficado todos a saber o que era a Assembleia Municipal, a diferença entre a Assembleia Municipal e o resto do município. Salientou o fato da sessão estar muito bem organizada quer pelos professores, quer pelo próprio pelouro da educação.

Referiu ter estado também presente na apresentação pública do Festival de Música de Leiria que se iniciou no dia 19 do mês corrente.

Continuou mencionando correspondência recebida por parte da ANAM – Associação Nacional Assembleias Municipais, embora já um bocadinho atrasada, a pedir a colaboração da Assembleia (deputados e Presidentes de Junta) em relação aos Censos 2021, algo que decerto os senhores Presidentes de Junta terão já assegurado.

De seguida, fez saber que, tal como tem vindo a ser feito em outras Assembleias Municipais, e de modo a não retirar aos munícipes o seu direito a usar da palavra na sessão, também a Assembleia Municipal de Leiria permitiu a sua inscrição, tendo-se o munícipe Francisco Manuel Afilhado Lontro inscrito para a mesma.

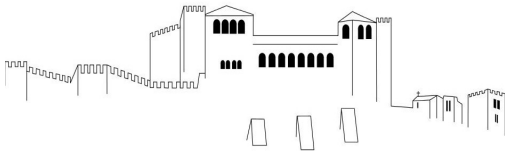
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, leu as questões colocadas pelo munícipe.

Transcrição:

"Exmo Sr. Presidente, Exmas./os. Senhoras e senhores deputados,

Quero deixar ao presidente do município 3 pedidos de esclarecimento:

1) Em relação à comunicação dos munícipes com o município quero questionar V. Exa. se existem no município normas de qualidade/ boas práticas que determinem um tempo de



Município de Leiria
Assembleia Municipal

resposta máximo às questões colocadas por email para os endereços disponibilizados no sítio do município, bem como através da app do município (cidadão alerta). Se existirem, quais são?

2) em relação às ações de limpeza florestal de faixas de segurança de 10m junto às estradas municipais, ordenado pelo município na freguesia de Amor, gostava que V. Exa. esclarecesse qual a interpretação do conceito de "gestão de combustíveis" indicada na lei que suporta a ação e se nessa interpretação se enquadra o corte indiscriminado e total de árvores nas referidas faixas, que se está a verificar em toda a freguesia (pinheiros mansos com décadas, cedros, carvalhos, e outras - só não estão a ser abatidos sobreiros, de resto TODAS as árvores estão a ser cortadas).

3) em relação à notícia da criação da marca "Leitão da Boa Vista" quero questionar V. Exa.: a) se é o município que vai fazer a gestão da certificação da marca; b) como é que a chancela vai ser atribuída e a quem (critérios); e c) se o município (ou a entidade gestora) está em condições de garantir a rastreabilidade dos animais que entrarem nesta cadeia, de forma a assegurar que nenhum provém de suiniculturas incumpridoras das suas obrigações ambientais.

Grato pela atenção e pela oportunidade."

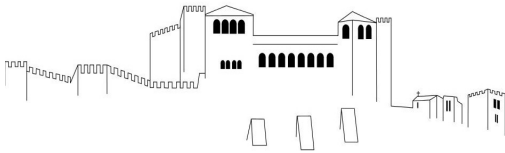
Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção lendo o esclarecimento ao munícipe.

Cumprimentou todos os presentes.

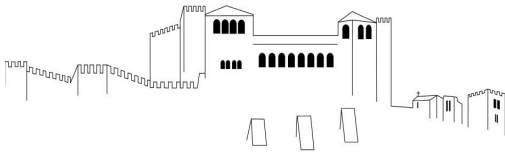
Relativamente à 1ª questão esclareceu que todas as comunicações, sejam reclamações ou não, remetidas por e-mail ou correio são registadas em sistema de gestão documental, sendo o emissor notificado pelo sistema do registo da sua comunicação indicando o número de processo, ou seja, este tipo de entrada de correspondência deverá ter recebido uma resposta por parte da divisão administrativa. Esclareceu que existem naturalmente prazos diferentes de resposta não existindo um prazo definido uma vez que há muitas reclamações e muita diversidade de reclamações e sugestões que obriga a tratamentos diferenciados. Referiu estarem a trabalhar no sentido de criar um fluxo interno com a definição de prazos de resposta que permitam monitorizar de forma mais eficaz as respostas às reclamações e sugestões. Informou ainda que o senhor Francisco Manuel Afilhado Lontro apresentou duas reclamações via app do município, uma sobre assunto de rodovia (má conservação da ponte de ferro), no dia 21 de abril tendo sido enviado para a Proteção Civil, ao cuidado do técnico Ricardo Martins para averiguar e outra na mesma data cujo assunto foi a queda e poda de árvores, assunto relacionado também com a Proteção Civil, que está a ser analisado pela senhora engª Marta Silva, e mal se consiga ter uma informação irá ser dada resposta.



Município de Leiria Assembleia Municipal

No que diz respeito à 2ª questão colocada, que também tem a ver com a questão da gestão das faixas de combustíveis, esclareceu ser uma obrigação que decorre do Decreto-Lei 124/2006, em que as faixas de gestão de combustíveis devem ser executadas conforme os critérios de gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustíveis definidos no anexo ao decreto-lei anteriormente referido. Relativamente à freguesia de Amor a execução destas faixas de gestão de combustível na envolvente da rede viária florestal, que integram a referida rede secundária do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Leiria, foi delegada na gestão da Junta de Freguesia ao abrigo de um contrato interadministrativo, no entanto, não invalida que o Município acompanhe e valide todas as ações executadas. Esclareceu que na Freguesia de Amor foram já executadas ações de gestão de combustível em cerca de 10 quilómetros de rede viária florestal municipal, num total de 20 hectares. Por parte do Município de Leiria já foram executados 249 hectares de faixa de gestão de combustível na envolvente da referida rede viária florestal que corresponde a cerca de 124 quilómetros intervencionados. Referiu que esta gestão de faixas de combustível obriga a um critério que é respeitado por parte do Município no que diz respeito ao seu tratamento por parte de empresas contratadas para o efeito não podendo apenas responder a outro tipo de gestão de faixa de combustível, nomeadamente as estradas nacionais que são da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal.

Relativamente à última questão, sobre a marca "Leitão da Boa Vista", esclareceu ser uma iniciativa da União de Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista e do Município de Leiria com o objetivo de criar, desenvolver, reforçar e apoiar a perpetuar esta marca que tem tudo para assumir, identificar e valorizar o leitão da nossa região. Afirmou ser uma marca que une o setor, alguns assadores e a restauração e que transmite a qualidade, prestígio e tradição. Estas entidades são as promotoras da criação e lançamento da marca, da comunicação e ativação da mesma, como é exemplo a campanha recentemente lançada no âmbito do "Leiria Market" e do "Leiria no prato". Continuou dizendo que nesta fase de implementação desta marca de "Leitão da Boa Vista", que ainda é bastante recente, a adesão é efetuada por parte dos restaurantes, assadores e produtores com base no cumprimento de um conjunto de regras e de critérios que vão desde a produção, ao modo como o leitão é assado e à tradição do empratamento. Explicou que a adesão nesta fase do projeto é idêntica àquela que é feita na iniciativa do selo "Clean and Safe", em que as entidades envolvidas, nomeadamente os restaurantes, assumem o compromisso de honra em cumprir com os tais critérios referidos em termos de produção, assadura e empratamento. No futuro e dependendo da criação de uma entidade que reúna os aderentes serão implementados outros critérios de certificação.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, deu início ao período "Antes da Ordem do Dia".

******* PERÍODO "ANTES DA ORDEM DO DIA" *******

PROPOSTAS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, iniciou este período referindo a existência de uma moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, tendo questionado o senhor deputado Manuel Azenha se pretendia ler a mesma ou se preferia passar imediatamente à sua votação, uma vez que é do conhecimento de todos.

O senhor **deputado Manuel Azenha** respondeu dizendo não fazer questão de ler o texto, mas se possível gostaria de fazer um pequeno resumo.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, autorizou o pedido tendo dado a palavra ao senhor deputado.

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha - BE

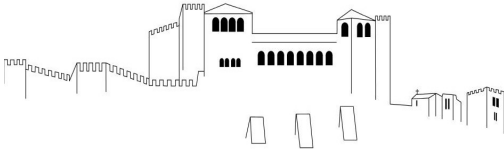
Iniciou a sua intervenção dizendo que a mesma tem a ver com a requalificação da linha do Oeste que se pode, neste momento, distinguir em fases distintas. A 1ª fase, Sintra/Torres Vedras, que em novembro de 2020 já teve o contrato de consignação de obras que entretanto se vão iniciar; a 2ª fase, em que em outubro passado foi lançado o concurso de eletrificação e requalificação do troço Torres Vedras/Caldas não existindo ainda absolutamente nada na parte que nos diz respeito, que será Caldas/Lourical.

Esclareceu que esta moção não é mais do que uma espécie de incentivo à pressão por parte do executivo de modo a não ficarem esquecidos nesta guerra pois já perceberam nos últimos tempos Leiria tem sido o "parente pobre" para as iniciativas do Governo.

Moção "Por uma Linha do Oeste Integralmente requalificada e funcional"

Transcrição:

"A centenária Linha Ferroviária do Oeste tem um total de 197,9 km de extensão entre a estação ferroviária do Cacém (Linha de Sintra) e a Figueira da Foz, e foi ao longo da sua história uma alavanca essencial de desenvolvimento, especialmente para os diversos núcleos urbanos que se foram surgindo ao longo do litoral da Região Oeste e da Região Centro. Através da sua ligação à linha do Norte, em Coimbra B, garante a continuidade das ligações ferroviárias a todo o território continental. A última década foi especialmente dramática para a sustentabilidade dos serviços de transporte prestados pela Linha do Oeste, resultado da redução continuada da qualidade do serviço e da falta de material circulante, necessidades ignoradas por sucessivos Governos.



Município de Leiria Assembleia Municipal

A 6 de novembro de 2020 foi, finalmente, celebrado o contrato de consignação das obras de requalificação da Linha Ferroviária do Oeste, entre Sintra e Torres Vedras, entre o empreiteiro e a Infraestruturas de Portugal (IP). Prevê-se que as obras se prolonguem durante os próximos dois anos, com um orçamento de 61,7 milhões de euros. Segundo notícias recentes, estas contêm a eletrificação do troço (43km) e a beneficiação de cinco estações e seis apeadeiros, com criação e melhoria dos acessos às plataformas de passageiros para pessoas com mobilidade condicionada.

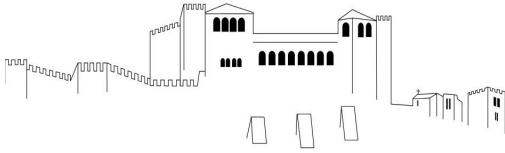
No passado mês de outubro, a IP lançou um novo concurso para prolongar a requalificação da linha de Torres Vedras até Caldas da Rainha, através de um investimento no valor de 40 milhões de euros. Apesar do permanente alerta do Bloco de Esquerda e das várias recomendações apresentadas ao Governo, prevê-se que as empreitadas em curso tenham um alcance limitado, dado que se continua a prever um tempo de viagem mais longo para a ferrovia requalificada do que para as atuais alternativas rodoviárias de ligação a Lisboa.

Por estabelecer estão ainda as condições em que vai decorrer a requalificação da linha entre as Caldas da Rainha e o Louriçal. Com o início dos trabalhos de requalificação do primeiro troço, importa lembrar que, em maio de 2018, a Assembleia da República aprovou o Projeto Resolução nº 1368/XIII, por proposta do Bloco de Esquerda, onde se recomenda ao Governo que:

« Aprove todos os procedimentos administrativos necessários para que, logo que as obras da presente fase de modernização da Linha entre Meleças-Caldas se iniciarem, mandate a Infraestruturas de Portugal para desencadear os estudos técnicos para a preparação da 2ª Fase do projeto de requalificação entre Caldas da Rainha – Louriçal, tendo em vista a que o lançamento das obras de requalificação da 2ª Fase se possa seguir à conclusão da 1ª Fase e que a conclusão da modernização integral da Linha do Oeste possa ocorrer até final de 2023” »

O Município da Leiria, enquanto capital do Distrito, tem a responsabilidade de pressionar as entidades responsáveis para que o processo de requalificação da 2ª fase do troço (Caldas da Rainha – Louriçal), avance o mais rapidamente possível. Trata-se de um investimento fundamental, a nível social e económico, e essencialmente porque é urgente incentivar a disponibilidade das pessoas para o uso dos transportes coletivos e instar o Governo a assumir a relevância do investimento na estrutura ferroviária, como estratégia fundamental de resposta às alterações climáticas.

Esta ação, para que tenha resultado operacional, terá que ser acompanhada pela responsabilização dos vários concelhos, abrangidos na sua área, que devem assegurar a flexibilização da rede de transportes municipais e intermunicipais para que o recurso à



Município de Leiria Assembleia Municipal

ferrovia seja acompanhado por uma rede de transportes públicos que garanta o acesso aos vários horários de chegada e partida dos comboios.

Só a requalificação integral da Linha do Oeste e a acessibilidade nos custos de uso, pode garantir as condições necessárias para que a população do concelho de Leiria (e de todo o Distrito) possa aderir ao uso da ferrovia, e em articulação com a rede de transportes públicos, se liberte, gradualmente, dos veículos individuais mais poluentes e mais perturbadores do espaço público.

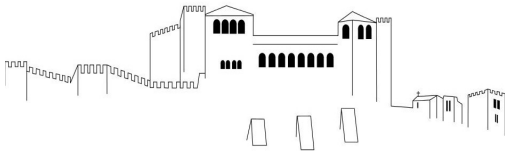
Assim a Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 30 de abril de 2021, delibera:

- 1. Instar o Governo a tomar medidas por forma a assegurar que os bilhetes dos passageiros que circulam na Linha do Oeste sejam substancialmente mais baratos do que as alternativas rodoviárias e que os passes sociais abrangidos pelo PART incluam a CP nas deslocações intrarregionais;*
- 2. Apelar ao Governo que equipe a Linha do Oeste com carruagens multifuncionais, que possibilitem aos passageiros o trabalho à distância com acesso à internet, assegurem a existência de áreas dedicadas a crianças, a possibilidade de transporte de bicicletas e incluam livre acesso e lugares reservados a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;*
- 3. Apelar ao Governo para que mandate imediatamente a Infraestruturas de Portugal para desencadear os estudos técnicos para a preparação da requalificação do troço Caldas da Rainha – Louriçal até final de 2021, de forma a que os trabalhos de requalificação decorram de forma contínua até a requalificação integral da linha;*
- 4. Recomendar ao Governo que tome medidas de forma a garantir que o transporte ferroviário na linha do Oeste ofereça tempos de deslocação mais curtos que as alternativas rodoviárias;*
- 5. Recomendar à Câmara Municipal de Leiria que promova o planeamento e a operacionalização da intermodalidade em transportes públicos junto da estação ferroviária, para que, na sua proximidade, funcionem interfaces rodo-ferroviários nos horários de chegada/partida de composições ferroviárias;*
- 6. Enviar esta Moção ao Ministro das Infraestruturas, apelando para que seja prioridade do Governo a requalificação integral da Linha do Oeste”.*

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Cumprimentou todos os presentes.

Relativamente à moção do Bloco de Esquerda referiu pretender efetuar uma sugestão para uma eventual remodelação daquilo que é a forma como está a ser apresentada a moção. Disse não haver nenhuma dúvida, e pensa que isso é unânime, que esta causa é uma causa de todos e não é só do Bloco de Esquerda, embora seja isso que esteja plasmado na proposta de texto. Na sua opinião não considera ser de todo unânime



Município de Leiria Assembleia Municipal

porque sabem que isto é uma luta já muito antes até de qualquer iniciativa partidária. Considera ser uma luta de cidadãos, de autarcas existindo por trás muita coisa que acha que é mais do que uma luta partidária. Na sua opinião existem outras coisas que também devem ser consideradas e aquilo que propõe era haver uma reformulação desta moção, que considera importante, e o seu teor e o fundamento têm uma importância bastante elevada e deve ser pensada por todos. Propôs ao Bloco de Esquerda, ao senhor deputado Manuel Azenha, que, caso concorde, possam fazer em conjunto com os outros partidos presentes na Assembleia alguma reformulação, inclusivamente até se calhar introduzir outras tónicas que pensa que são importantes.

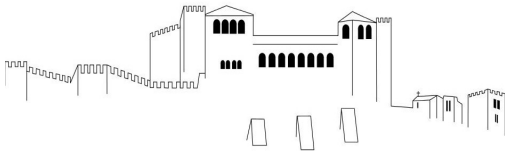
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, afirmou considerar a proposta da senhora deputada Joana Cartaxo completamente impraticável neste momento. Referiu que geralmente as moções são enviadas para toda a gente precisamente para contatarem entre si. Continuou dizendo que quando estão numa sala, muito bem. É entregue uma fotocópia a cada uma das pessoas podendo estas conferenciar entre si, agora não vê como é que podem compatibilizar as suas alterações com a proposta apresentada.

A senhora **deputada Joana Cartaxo** recordou terem já acontecido noutras sessões online situações semelhantes, inclusivamente com uma moção do PCP que foi reformulada.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, respondeu não ver viabilidade de discutirem agora, ponto por ponto. Sugeriu que, se assim entendesse, ainda dentro do período de antes da ordem do dia, poderia conversar com o senhor deputado Manuel Azenha para saber se ele aceitava as alterações por ela propostas pois se assim não for teria de colocar à votação e a senhora deputada apresenta uma declaração de voto ou vota em conformidade com a sua consciência.

A senhora **deputada Joana Cartaxo** voltou a explicar que o que pretendia era propor ao senhor deputado Manuel Azenha que a moção fosse retirada da sessão de modo a permitir que os líderes de todos os grupos municipais, porque é uma causa de todos, possam atempadamente fazer em conjunto com todos os partidos uma moção e inclusivamente incluir algumas coisas que não estão plasmadas no documento apresentado.

Após ter sido questionado pelo senhor Presidente da Assembleia sobre a eventual retirada da moção o senhor **deputado Manuel Azenha** disse não concordar com o que a senhora deputada Joana disse pois o documento não é de toda uma moção partidária, no sentido que é apresentada por um partido. Considera ser uma moção que não coloca em causa, como algumas o fazem, o trabalho realizado por outros partidos ou o que quer que seja. Afirmou parecer-lhe que a aceitação da moção por parte de todos pode-se perfeitamente



Município de Leiria Assembleia Municipal

aferir pelo voto dos deputados e nesse sentido estará disponível sempre que quiserem complementá-la através de outra moção para dar o seu apoio / contributo pois, como disse a deputada Joana Cartaxo isto é uma causa de todos, mas não irá retirar a moção e apresentá-la-á como está.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, dirigindo-se ao senhor deputado Manuel Azenha disse que, infelizmente, o assunto da sua moção lhes dá tempo para tudo inclusivamente para a deputada do PCP no dia 18 de junho ter uma moção sobre o mesmo assunto e dentro do articulado que ela achar melhor.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, submeteu a moção à votação tendo a mesmo sido **aprovada por maioria, com 1 voto contra.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

"No âmbito daquilo que disse anteriormente, o PCP não se revê totalmente nesta moção sendo uma causa acima de tudo também da população e, portanto, não revê algumas questões que têm a ver com esta questão e que não estão plasmadas nesta moção e só por isso é que sou contra".

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, mencionou a existência de uma outra moção, apresentada pelo PS, e intitulada "Leiria, Capital Europeia do Desporto 2022", tendo questionado o senhor deputado Acácio de Sousa se pretendia ler a moção ou se dispensa a mesma. Dado que o senhor deputado ficou temporariamente sem ligação à internet foi transmitido pelo senhor **deputado Renato Cruz** que dispensaria a leitura da mesma ficando, no entanto, disponível para qualquer esclarecimento.

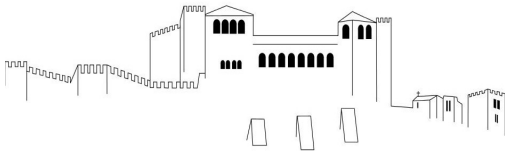
Transcrição

"É de indiscutível interesse para a região de Leiria o sucesso da candidatura em curso, da cidade de Leiria a Capital Europeia do Desporto para o ano de 2022.

Por tudo o que o desporto representa para os Leirienses, por tudo os que várias gerações fizeram para o desenvolvimento da prática desportiva, este é um reconhecimento merecido, que visa projetar o desporto e Leiria de uma forma ímpar.

Um afirmar claro de que Leiria pulsa de vida desportiva, informal, de competição em vários níveis e nas mais diversas modalidades.

Leiria agrega cerca de 170 associações desportivas que referem a prática desportiva nos seus estatutos, das quais 70, têm prática desportiva federada de forma regular em mais de 40 modalidades individuais e coletivas, reunindo os cerca de 10.000 atletas federados existentes em Leiria.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Depois de tão grande suspensão da prática desportiva desde o início de 2020, 2022 será certamente um ano de ouro para o desporto, elevando assim a importância deste merecido reconhecimento.

Por esta ser uma causa unânime, de todos, e para a qual tantos têm dado o seu contributo no interesse do desenvolvimento desportivo da nossa região, vem esta moção propor um voto de apoio para com esta candidatura, Leiria Capital Europeia do Desporto 2022, dando esta Assembleia o seu contributo para tão nobre causa.”

O senhor **deputado António Pereira de Melo** solicitou um esclarecimento relativamente ao título da moção apresentada pois na mesma é referido o ano de 2020 e no texto aparece 2022. O senhor **deputado Renato Cruz** esclareceu ser uma gralha devendo ser considerado o ano de 2022.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, submeteu a moção à votação tendo a mesmo sido aprovada **por unanimidade**.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, fez saber que a Assembleia foi informada pela União de Freguesias do Souto da Carvalhosa e Ortigosa de que a Assembleia de Freguesia aprovou um voto de pesar pelo falecimento do senhor Jaime de Melo Ferrão, que foi Presidente da Junta. Referiu não vir qualquer menção no sentido de solicitar um voto de pesar da Assembleia Municipal tendo ficado um pouco na dúvida. Questionou a senhora Presidente da União de Freguesias sobre qual o objetivo ao enviar à Assembleia Municipal o referido documento, se seria para tomarmos conhecimento e para comunicar à Assembleia ou se será para a Assembleia ratificar o seu voto.

Intervenção da senhora Presidente da União de Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa – Eulália Crespo

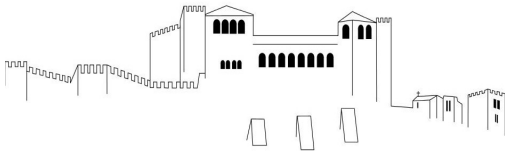
Cumprimentou todos os presentes.

Transcrição:

"Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do Código do Procedimento, deliberou o executivo da União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, em reunião de 12 de abril de 2021, aprovar o seguinte voto de pesar:

Faleceu no dia 11 de abril, aos 73 anos de idade, Jaime de Melo Ferrão. Nascido a 06 de março de 1948, Jaime de Melo Ferrão viveu no lugar de Vale da Pedra. Foi Presidente da extinta Freguesia de Souto da Carpalhosa, durante quatro mandatos, entre 11 de janeiro de 1977 e 07 de janeiro de 1990.

Jaime de Melo Ferrão deixou-nos um legado de cidadania, de capacidade de entrega e de solidariedade com os demais. Defendeu a cultura, a identidade e os valores locais, tendo sido um grande marco no desenvolvimento da Freguesia.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

A sua partida empobrece a Freguesia de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, o Concelho de Leiria e todos os autarcas que com ele tiveram o privilégio de trabalhar.

Lamentamos profundamente o seu falecimento, e apresentamos as mais sentidas condolências, em particular, à sua família e amigos.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, esclareceu que não se votará o voto apresentado, mas poderá propor-se à Assembleia Municipal que se associe ao voto de pesar aprovado pelo Executivo da União de Freguesias do Souto da Carpalhosa e Ortigosa.

A Assembleia Municipal deliberou **por unanimidade** associar-se ao voto de pesar aprovado pelo Executivo **da União de Freguesias do Souto da Carpalhosa e Ortigosa**.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, convidou os senhores Presidente de Junta a apresentarem alguma comunicação que se refira exclusivamente à sua freguesia ou um dos seus presidentes de junta que visa fazer face a favor de se manifestar.

Não havendo intervenções declarou estarem abertas as inscrições para o “Período de Antes da Ordem do Dia” para os deputados que pretendessem nele inscrever-se.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, aproveitou para esclarecer que a senhora secretária Célia Afra encontra-se ausente pois foi representar a Assembleia Municipal na gala que hoje se está a realizar precisamente para a promoção da candidatura de Leiria 2022 a Cidade Europeia do Desporto.

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, deu início ao período Antes da Ordem do Dia.

******* PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA *******

Intervenção do senhor deputado Acácio de Sousa – PS

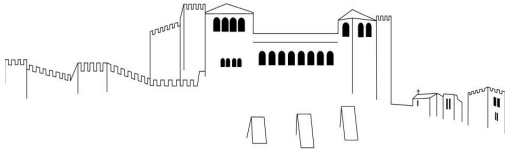
Cumprimentou todos os presentes.

Transcrição:

O dia 22 maio é o dia do município, mas também será o da reabertura do castelo, após profundas obras de requalificação.

Mexer num monumento quase nunca é consensual. É mexer num legado ou testemunho do passado; pode criar o risco de alterar aspetos genuínos da mensagem desse testemunho; e não se pode ferir a dignidade desse legado.

No entanto, todo o património justifica a sua preservação se for valorizado e não, se for embutido em redomas estáticas, intocáveis com o desconhecimento de muitos.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Percebemos bem isso com as nossas coisas pessoais, com o que recebemos e com o que poderemos deixar. O sentido é o mesmo, o dilema é o mesmo:

Valorizar é dar um uso enriquecido pelo afeto e por novos conhecimentos, mantendo o sentido genuíno das coisas. Se isto for feito, garante-se a dignificação desses legados.

Este introito cauteloso, digamos assim, é para termos presente a necessidade da recente requalificação do castelo e a forma de o fazer, tal como poderia ser com outro património qualquer.

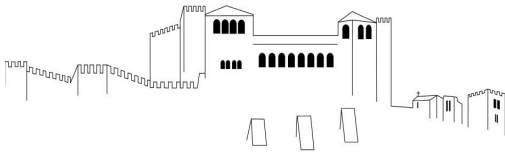
O castelo de Leiria, é reconhecido como o ex-libris de Leiria. Um ex-libris de grande beleza, com uma história ela própria a precisar de ser mais conhecida. Mas, mesmo sem irmos mais longe, fiquemos pelos seus vizinhos: quantos leirienses o conhecem bem, quantos já lá não vão há anos; ou dos que sobem lá acima, quantos apenas se deixam fascinar pela paisagem, mas a quem as pedras mais nada lhes diz?

O uso do património não deve ser, apenas, para nichos de entendidos. Estes deverão continuar a ter condições para estudo e investigação, sem dúvida. Os trabalhos de arqueologia que acompanham e acompanharão todo o processo de intervenção no castelo, são um exemplo, pelo que trazem em novidades surpreendentes e novos conhecimentos a aprofundar. Mas a narrativa mais simples e cativante deve ser estendida a todos os que são estimulados a visitá-lo. E o turismo não tem que ser inimigo do entendimento, pelo contrário.

As novas condições com acessos mecânicos, do lado norte e do lado sul, irão facilitar a ida de quem vem de longe e a quem é de cá. Complementarmente, ainda terá que ser facilitado o acesso a visitantes com dificuldades motoras, desde a porta até à alcáçova. Mas um grande passo está dado. O investimento será rapidamente justificado.

No entanto, a requalificação está também nas vias pedonais do interior, no novo espaço convivial e de lazer, nos novos espaços de eventos de exterior e de interiores, com o novo uso a dar à antiga grande cisterna e muito em particular com as novas potencialidades da igreja da N^a Sr^a Penha (vulgo Pena).

Poderemos gostar mais ou menos, tanto do ponto de vista estético, como do ponto de vista técnico deste ou daquele pormenor aqui ou ali, mas essas serão situações que me atrevo a dizer, menores, porque não há choques profundos em relação à originalidade do que já ali estava. Há de facto, novas potencialidades e no que toca à igreja, ela estava em risco, devido a estar a descoberto, ter sido construída com um calcário demasiado macio da Serra de Aire, exposto à erosão dos ventos e das chuvas. A cobertura que agora fica, não é medieval, mas não lhe retira dignidade, pelo contrário marca um tempo e dá-nos um novo espaço coberto de grande nobreza que envaideceria D. João I, o rei que lhe mandou pôr o gótico.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Na verdade, o castelo de Leiria é um monumento que alia a beleza arquitetónica a uma fortaleza militar de grande robustez e ainda ao imaginário romântico senhorial.

Agora há que dinamizar: explorar as razões que levaram a esta metamorfose; mostrar as Relações do castelo com o centro histórico, com a cidade, a região, o país e a Europa, porque existem; evidenciar estes símbolos e os significados de ontem e hoje, olhar o presente percebendo o passado.

Deve por tudo isto, não só ser atrativo pela acessibilidade física como pela acessibilidade narrativa e ter uma Programação de qualidade e alusiva ao espaço, sem a mudez das pedras, com uma Comunicação acessível tanto em todos os materiais de promoção, como de explicação/narração.

São estas as Expetativas futuras que passamos a ter para o Castelo de Leiria, que a Câmara está a acautelar, envolvendo especialistas de várias áreas, requalificando-o sem descaracterizar a genuinidade, mesmo sabendo que, ao longo dos séculos, o castelo foi ganhando diferentes perfis;

Novos acessos, novos espaços, novas narrativas não têm que o desfigurar, mas devem dar ainda mais valor a este monumento que está presente em todos nós. A ser assim, a Câmara e o Concelho de Leiria estão de parabéns.”

Intervenção do senhor deputado **António Pereira de Melo – PSD/MPT**

Transcrição:

"Começo por cumprimentar, através da pessoa do senhor presidente da assembleia municipal, todos os virtualmente presentes.

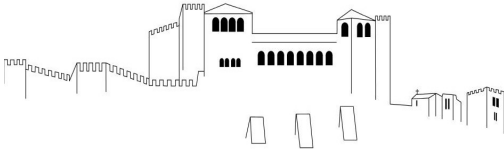
Ao ler o jornal diário de Leiria do dia 28 de abril, deparei-me com um artigo, escrito pelo colega deputado do PS, Micael da Silva e Sousa, relativo a programas eleitorais, cuja leitura motivou esta minha intervenção.

Sob o título "parem de fazer programas eleitorais para a gaveta" o colega afirma que "fundamentalmente a produção programática visa a gaveta".

Mais afirma que "nem sempre quem propõe está realmente preparado".

Ao ler este artigo lembrei-me do incidente ocorrido na última assembleia ordinária, em que o senhor presidente desta Assembleia, de um modo autoritário, cortou a minha palavra, quanto pretendi justificar ao senhor presidente da Câmara o motivo pelo qual criticava a não construção do pavilhão multiusos isto embora, numa sessão anterior, tenha concordado com o mesmo presidente, e recomendado que tal construção não se devia concretizar.

Realmente tomei uma posição contraditória entre as duas ocasiões. Tal atitude foi com tudo premeditada, pois pretendia mostrar que as promessas eleitorais do executivo PS não são para cumprir uma vez que parece não possuir capacidade técnica ou melhor não está realmente preparado para as cumprir na íntegra.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Digo na íntegra pois as propostas eleitorais, relativas a obras estruturantes, apregoadas pelo PS na campanha eleitoral, normalmente não passam da fase de dispendiosos projetos que invariavelmente acabam na gaveta sem se concretizarem.

Este é o executivo PS, que governa Leiria desde há uma dúzia de anos, e que justifica a sua ineficiência numa dívida herdada do anterior executivo PSD, para quase nada de marcante ter concretizado.

Tem focado primordialmente a sua atividade em eventos normalmente desgarrados.

Na realidade o colega Micael Sousa tem razão ao afirmar que, "nem sempre quem propõe está realmente preparado", ele melhor que ninguém deve conhecer os colegas do executivo PS.

É estranho que a maioria dos membros desta assembleia, em especial os presidentes da junta, não reconheçam a impreparação dos executivos PS e continuem teimosamente a propor a sua recondução ao induzirem, junto da população das suas freguesias, o voto no Partido Socialista para as próximas eleições autárquicas.

Por este caminho o Concelho de Leiria continuará a marcar passo, tal como é descrito, na primeira parte, do documento de reflexão estratégica para a década 20/30, já apresentado nesta assembleia, onde é proposto um conjunto de realizações, que ao ritmo da década anterior, não passarão de mera ficção científica.

A responsabilidade de tal estatismo é de quem tem votado PS para o executivo camarário de Leiria.

A desculpa de uma presente má gestão, baseada na decisão da construção do estádio Magalhães pessoa, já prescreveu.

O estádio foi para o europeu 2004!

Parte da dívida continua por pagar, mas existe desde a alguns anos, nos cofres da CML, verba mais do que suficiente para a saldar.

Tal teria já ocorrido se as entidades credoras o tivessem consentido.

Eu pessoalmente discordo desta obra uma vez que Leiria desponha, na altura, de um estádio com dimensão apropriada para o número de pessoas que normalmente assistiam aos desafios futebol.

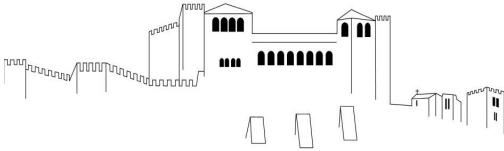
Contudo a obra concretizou-se, assim como o projeto Pólis, o que significa que o executivo PSD da altura, cumpriu os seus objetivos.

Atrevo-me a afirmar que, caso em 2004 o executivo fosse PS, possivelmente hoje Leiria não teria estádio.

Para além da demolição do estádio então existente e da execução de um dispendioso novo projeto mais nada se teria concretizado.

Tenho dito."

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Transcrição:

"Exmo. Sr. Presidente,

Hoje, mais uma vez venho aqui falar da ETES, mais concretamente da audição do Ministro do Ambiente, no passado dia 6 de abril, na comissão de inquérito sobre "a situação da bacia hidrográfica do Lis", comissão onde inclusive foi ouvido o Sr. Presidente Gonçalo Lopes.

Esta audição foi requerida pelo Bloco de esquerda no seguimento das declarações do Ministro que de forma inusitada, desapropriada e com surpresa para todos referiu numa visita a Leiria e perante a comunicação social, que a construção de uma ETES não era uma prioridade do governo.

Se hoje aqui estou a usar o pouco tempo que tenho para falar de uma audição parlamentar é porque fiquei chocado com o que ouvi.

O mesmo ministro que assinou um despacho conjunto onde previa que, a construção pública de uma ETES em Leiria era a única solução para a resolução do problema dos efluentes suinícolas, dá agora o dito por não dito.

Exclui a construção da ETES, não apresenta soluções alternativas e;

Volta ao princípio do utilizador pagador, argumentando numa resenha histórica que fez, os produtores como grandes e únicos responsáveis pela situação a que chegámos, frisando, e passo a citar:

"Nos anos 2000 o governo disponibilizou 35 milhões e só se conseguiu a ETAR do Coimbra pois não houve resposta por parte dos suinicultores...;

Em 2018 perderam-se cerca de 10 milhões de fundos comunitários por inercia da Recilis, e o problema é que agora se fala de dinheiros dos contribuintes e não de fundos comunitários", fim de citação

Ou seja, a construção de uma ETES em leiria, a resolução deste problema que se arrasta há 40 anos, foi-se mais uma vez...

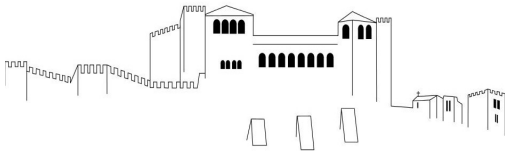
Há agora que apurar responsabilidades sobre este facto.

É evidente que a maior responsável pela não construção da ETES foi a Recilis quando em 2018 deixou que se perdessem 10 M€ de fundos comunitários para esse efeito.

Mas espante-se, nesta mesma comissão parlamentar, o ex-presidente da câmara agora deputado, Dr. Raul Castro, parte em defesa desta mesma Recilis, referindo que, e passo novamente a citar:

"Há que reconhecer que a Recilis apresenta propostas de solução através da ETAR ou unidade de tratamento."

As guias de transporte são a solução, e existe por parte da Recilis vontade de colaborar, antes diziam uma coisa e faziam outra, mas agora demonstrar vontade de colaborar".



Município de Leiria
Assembleia Municipal

E termina o Dr. Raul Castro, perante um ministro que há anos defendia a construção de uma ETES pública, e que agora defende o contrário, dizendo:

"Temos de dar valor à seriedade das intenções dos Srs. Ministros"

Mas a sua defesa da Recilis foi tão óbvia e descabida que até o ministro, apesar do elogio, se admirou e retorquiu "Deputado Raul Castro que ninguém venha sacudir a água do capote sobre a responsabilidade dos produtores".

E é aqui que chegámos, quando o ex-Presidente da Câmara, que foi eleito para este mandato vai para a Assembleia da República defender os grandes responsáveis pela situação em que nos encontramos, começamos a perceber o porquê de ainda não termos uma estação de tratamento de efluentes suinícolas em Leiria, mas não é o único

Em finais de agosto de 2020, há menos de um ano, quando Leiria foi assolada mais uma vez pelos cheiros nauseabundos que, infelizmente, tão bem conhecemos, com quem foi reunir o Presidente Dr. Gonçalo Lopes?

Com o presidente da Recilis, claro está, "na busca de soluções a implementar para reduzir o impacto ambiental das suiniculturas" como fez questão de escrever na página do Facebook que publicou nessa altura.

Esta complacência com a Recilis por parte deste executivo é de todo incompreensível e tem que acabar.

Mas, meus caros colegas, também esta Assembleia tem uma quota parte da responsabilidade sobre esta terrível situação que parece não ter fim à vista.

Afinal foi nesta Assembleia que foi aprovado um quadro matriz que permitiu que dezenas, se não centenas, de suiniculturas fossem legalizadas através do reconhecimento de interesse público municipal.

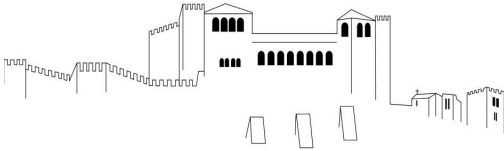
Um quadro matriz onde a boa prática de políticas ambientais valia 5 pontos em 100, e em que os restantes parâmetros eram de tal forma irrisórios que nunca foi negado por esta Assembleia o reconhecimento de interesse público a nenhuma suinicultura que o solicitasse, e só isso já nos devia causar estranheza.

Da nossa parte estamos de consciência tranquila, votámos contra os parâmetros do quadro matriz, votámos contra a declaração de interesse público municipal às centenas de suiniculturas que a pediram nesta Assembleia

Em 19 de Fevereiro de 2018, na 3ª sessão em que esta AM, na altura recém-eleita, reuniu o Bloco de esquerda apresentou uma moção sob o título "pela construção pública de uma ETES no concelho de Leiria".

Numa destas últimas sessões apresentámos nova moção onde incitávamos o executivo camarário a tomar as rédeas deste processo de construção, pois já adivinhávamos que não podíamos contar com o governo, a moção foi chumbada.

Por fim Sr. Presidente deixo-lhe 2 perguntas.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

- *Informou a Secretária de estado que nenhuma suinicultura na região de Leiria tem autorização de coletor de descarga, o que significa que toda e qualquer descarga, feita por suinicultura licenciada, ou não é feita, de forma ilícita. O município tem conhecimento deste facto?*

- *Constatou-se que a Recilis por fornecimento de serviços de tratamento de efluentes suínícolas entregues na ETAR do Coimbrão, apresentava uma dívida não regularizada em 30/09/2020 no montante de cerca de 1.600.000,00€.*

Tratando-se de uma atividade regulada pela ERSAR, os défices operacionais são cobertos pela tarifa dos consumidores e cobrada aos municípios.

Deste modo, os montantes acumulados de dívidas não regularizadas em anos sucessivos por parte da RECILIS, são injustamente acomodados no tarifário suportado pelos municípios e consequentemente pelas populações servidas pela rede de tratamento efluentes domésticos.

O que tem feito a Câmara no sentido de cobrar esta verba que está a ser paga por todos nós?"

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

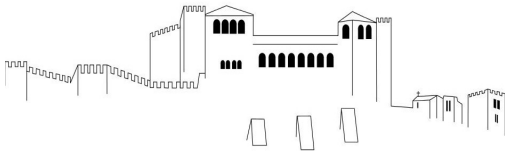
Transcrição:

"Enquanto Portugal for o 5º país da União Europeia com mais pobreza entre quem trabalha e enquanto um quinto da população portuguesa é pobre e um em cada três pobres tem um emprego estável, enquanto os despedimentos coletivos tiverem um aumento de registo de ano para ano não irão faltar motivos para realizar as comemorações do 1º de maio, portanto, a nossa intervenção no período antes da ordem do dia é acima de tudo relembrar que amanhã e homenagear todos aqueles que lutam pelos seus direitos e combatem a exploração porque salários e empregos são das questões mais centrais para assegurar as condições de vida digna de quem trabalha e por isso queremos também aqui fazer hoje uma saudação especial a todos aqueles trabalhadores e trabalhadoras que estão em luta no nosso concelho, nomeadamente, a empresa DS Meed, do Planeta Plásticos e os enfermeiros do Centro Hospitalar de Leiria. É necessário fazer das comemorações do 1º de maio mais uma grandiosa e combativa jornada de luta em defesa dos direitos e das condições de vida."

Intervenção do senhor deputado Renato Cruz - PS

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção dizendo que hoje, felizmente, estamos num estágio completamente diferente daquilo que estávamos há alguns meses, mas não poderia deixar passar esta sessão sem dar uma palavra de apoio não só para o Município, mas também para todas as entidades que colaboraram, a autoridade de saúde, hospital naquilo que foi e que é a grande crise pandémica que atravessamos. Referiu que Leiria



Município de Leiria Assembleia Municipal

esteve na linha da frente no apoio às instituições de solidariedade social, no apoio à retoma do desporto de formação, que é uma das áreas, por exemplo, onde houve uma diferenciação da nossa cidade ou do nosso concelho, refletindo-se inclusive no estudo que a DECO fez em que no inquérito feito Leiria foi, a nível nacional, a cidade que mais deixou satisfeitos, ou que teve o melhor desempenho perante a pandemia. Afirmou não querer deixar passar isso em branco e crê ser altura de balanço com esperança no futuro. Concluiu dizendo querer deixar essa palavra de apoio ao Município e congratular por tudo o que tem sido e ainda está a ser feito no caminho que se espera que seja uma retoma de todos e para todos.

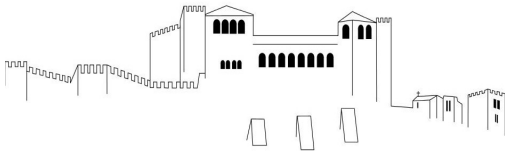
Intervenção do senhor deputado **Carlos Barbeiro – PS**

Cumprimentou todos os presentes.

Referiu ter solicitado a palavra para falar sobre dois assuntos. O primeiro assunto tem a ver com as comemorações do 25 de Abril e o segundo assunto tem a ver com a construção das novas unidades de saúde a serem edificadas em Amor e na Bidoeira de Cima.

Relativamente ao primeiro assunto disse ter sido com muito agrado que a grande maioria dos deputados municipais estiveram presentes na sessão comemorativa do 25 de Abril, comemoração essa que teve lugar no Teatro Miguel Franco, em Leiria. Apesar de todos saberem da importância e do significado que esse dia tem tido e continua a ter para a implantação de liberdade num país que parecia não ter futuro, afirmou querer enaltecer a Mesa da Assembleia Municipal pela continuação dessa iniciativa numa altura em que os valores democráticos parecem estar adormecidos. Disse que este louvor de Abril, efetuado por esta Assembleia, tem pois de ser reconhecido por todos. Felicitou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Sequeira, o senhor 1º Secretário, José Alves, e a senhora 2ª Secretária, Célia Afra.

No que diz respeito à construção das novas unidades de saúde a serem construídas em Amor e Bidoeira de cima salientou que as novas instalações de Amor serão construídas ao abrigo de protocolos efetuados com a Administração Regional de Saúde do Centro assim como as edificações da Bidoeira de Cima serão requalificadas. Referiu que a população ficou contente com o anúncio destas obras passando deste modo os utentes a usufruir de melhores condições para acolher e tratar quem procura tais unidades de saúde. Continuou dizendo que não basta criar infraestruturas através de protocolos em que o Município suporta um custo através do orçamento municipal. Disse ser urgente que esses protocolos sejam delimitados, ou seja, devem impor condições sobre a administração e a gestão. Com isso pretende-se que tais centros de saúde tenham um corpo médico, um corpo de enfermagem e um corpo administrativo capazes de corresponder aos anseios de quem os procura. Referiu que apesar de estarmos numa situação de grande pandemia é



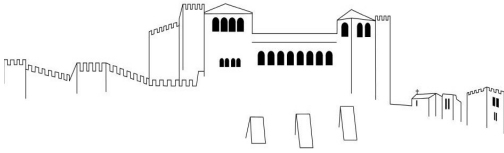
Município de Leiria Assembleia Municipal

inadmissível que haja centros de saúde, nomeadamente o centro de saúde de Amor, em que os doentes tinham de ser atendidos à janela e só recentemente, e após várias queixas, passaram a ser atendidos à porta. Defendeu que os utentes do centro não podem andar a mendigar por uma consulta fora ou dentro das instalações. Por fim, sabendo como é difícil negociar com a administração regional e com a administração central, defendeu que aquando da assinatura dos protocolos com a ARS o Município terá de fazer exigências para a defesa dos interesses de quem utiliza os centros de saúde.

Intervenção do senhor deputado **Fábio Joaquim – CDS-PP**

Cumprimentou todos os presentes.

Referiu que a sua intervenção tem a ver com um pedido de esclarecimento e também com uma sugestão que gostaria de deixar ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria. Continuou dizendo que o tema que pretende abordar tem que ver com o marketing digital, realização das conferências digitais e a gestão das plataformas digitais que têm sido bastante utilizadas recentemente pelo município e resultou também de uma consulta ao portal base dos contratos públicos online daquilo que são ajustes diretos e daquilo que são as aquisições de serviço. Referiu ter-se apenas limitado a consultar as publicações do mês de março e abril sendo por isso uma informação muito concisa, apenas 2 meses de publicações, tendo registado as seguintes ordens de valor, nomeadamente em aquisição de serviços e gestão operacionais do Leiria marketing - 19.769€, aquisição de serviços de suporte informático - 8.400€, serviços de produção e de transmissão online - 15.725€, gestão de comunicação online e produção de campanhas - 17.350€, aquisição de um filme promocional - 19.900€, contratação de 14 streamings para a realização de webinars (conferências que estamos habituados a assistir no site do município) - 4.900€, o que totaliza mais ou menos para o erário público 350 euros cada vez que o Município de Leiria decide realizar uma conferência online. Referiu que entre março e abril, das publicações do portal dos contratos públicos, se está a falar de um valor que ronda os 85 mil euros. Continuou dizendo que cerca de 85 mil euros equivalem sensivelmente, dependendo da categoria profissional, a 4 funcionários em permanência na Câmara Municipal apenas para conduzir estas questões do marketing e das plataformas digitais, talvez quatro informáticos e um especialista de marketing, com um vencimento a rondar os 15 mil euros, entre 15 a 17 mil euros anuais. Questionou se a simples razão de não existir capacidade instalada para desenvolver essas mesmas atividades, justificação dada para a adjudicação dos serviços, não é considerado que o município de Leiria pouparia dinheiro aos munícipes através da aquisição de quadros e/ou pessoal técnico para o desempenhar ou se existe algum motivo especial para a contratação de tantos serviços de marketing, comunicação e gestão de plataformas online que em 2 meses de publicações no portal base totalizam 85 mil euros.

**Intervenção do senhor deputado Fábio Bernardino – PSD/MPT****Transcrição:**

"Começo por cumprimentar o Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes.

Sendo esta uma das últimas Assembleias deste mandato, não podia deixar de fazer algumas reflexões e deixar algumas questões ao atual executivo da Câmara Municipal.

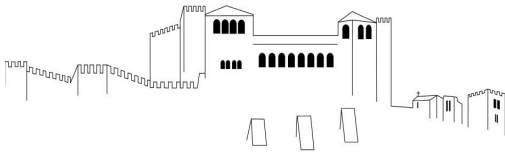
A primeira parte da minha intervenção prende-se com o Presente e com a falta de cuidado que este executivo tem tido com o dinheiro de todos nós, nomeadamente com gastos faraónicos em estudo e retificações de orçamentos, o que dá a entender que este executivo tem alguma dificuldade em fazer as coisas bem à primeira.

Focando apenas em alguns exemplos como as obras do futuro pavilhão multiusos que teve de ser retificado por estar alguns milhões a baixo do real valor, ou as obras do mercado municipal que tiveram de ser recentemente retificadas em quase meio milhão de euros, podia ainda falar de toda a trapalhada e dos orçamentos retificativos relacionados como Centro Escolar dos Marrazes (e aqui permitam-me uma pequena nota, esta obra já anda a ser anunciada há 11 anos, foi diversas vezes promessa eleitoral do Partido Socialista e, pelos visto, sem qualquer pudor ou vergonha, está a ser novamente usada como promessa eleitoral, enquanto isso as pessoas dos Marrazes e das freguesias vizinhas aguardam desesperadamente que finalmente seja desta vez que a obra se concluí).

Além de todas estas retificações que custam imenso dinheiro aos Leirienses, temos ainda um valor descumunal gasto em pareceres de consultoras que se tornam por demais evidentes estarem errados, como é o caso dos 74.000€ gastos em consultadoria em relação à candidatura de Leiria a Capital Europeia da Cultura, que foram desperdiçados pois o Tribunal de Contas veio chumbar o que fora proposto, ou o exemplo do chumbo também pelo tribunal do concurso relativo à Vila Portela, tudo isto são erros que custam muito dinheiro a todos nós e que em nada contribuem para melhorias na cidade de Leiria. Este executivo não sente que se estão a cometer demasiados erros e a ser gastos valores demasiados altos nestas questões?

Em relação ao futuro também queria deixar aqui algumas notas, nomeadamente se este executivo tem alguma preocupação com o nosso futuro e das gerações vindouras, isto porque o atual executivo parece mais apostado em apresentar obra, independentemente se faz sentido ou não, do que realmente resolver os problemas da nossa cidade.

E neste ponto, começo por dar o exemplo mais uma vez da poluição, pois ainda recentemente saiu mais um estudo que diz que o Rio Lis está mais poluído que a Ribeira dos Milagres.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Ora este problema só se resolve com obras profundas e demoradas no centro de Leiria e o executivo apenas pensa no presente como aconteceu na Avenida Heróis de Angola, onde fez uma lavagem no alcatrão, fez uma ciclovia para inglês ver, que começa em nada e termina em nada, sem qualquer tipo de ligação a outras ciclovias, em vez de realizar obras estruturais profundas nos esgotos da cidade, que iriam certamente atenuar este problema e seriam uma solução para um problema que Leiria tanto anseia em ver resolvido.

O Senhor Presidente da Câmara quer realmente resolver esta questão ambiental ou não? Outra questão de futuro tem a ver com a aposta aparente no turismo por parte deste executivo. São gastos milhões por ex. em elevadores para o Castelo de Leiria, mas ao mesmo tempo que aposta no Castelo deixa morrer todo o turismo que existia em Monte Real porque se mostrar incapaz de resolver o problema das termas. Ainda recentemente foram anunciadas mais obras na encosta do Castelo de Leiria, mas não conseguem demonstrar qual será o retorno concreto que Leiria terá com esta aposta a longo prazo.

Perante todas estas questões gostaria de saber se o Sr. Presidente da Câmara tem ou não um plano para o futuro ou simplesmente vai andando ao sabor do que possa ser mais populista e do que é mais fácil de realizar?

Boa noite a todos."

Intervenção do senhor deputado Ricardo Gomes - PS

Cumprimentou todos os presentes.

Transcrição:

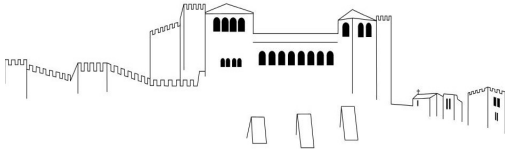
"Reflexão sobre a Qualidade de água na bacia hidrográfica do Rio Lis.

A água move-se livremente na natureza e não respeita as fronteiras entre freguesias, concelhos, distritos ou países pelo que a melhoria do estado das massas de água acaba por ser um esforço conjunto entre diferentes intervenientes, tendo como unidade de intervenção a bacia Hidrográfica.

Por outro lado, é importante perceber que o estado das massas de água evolui em função das atividades antrópicas com que interage (como a agricultura, indústria, agropecuária e as descargas de efluentes domésticos não tratados e/ou com tratamento inadequado), mas também com as condições meteorológicas.

Assim, a identificação de uma rede fidedigna dos pontos de monitorização da qualidade da água, os parâmetros a monitorizar e a periodicidade com que essas análises são realizadas é fundamental para caracterizar efetivamente o estado das massas de água tendo em vista definir as medidas de ação mais adequadas a curto, a médio e a longo prazo.

Neste contexto, a monitorização e melhoria progressiva do estado das massas de água na bacia hidrográfica do Rio Lis é fundamental para alcançar os Objetivos de



Município de Leiria Assembleia Municipal

Desenvolvimento Sustentável para região da Leiria – e todos somos chamados para este desafio.

São várias as iniciativas que de forma isolada ou em conjunto têm vindo a contribuir para a melhoria progressiva do estado das massas de água na bacia hidrográfica do Rio Lis ao longo dos últimos anos e que envolvem:

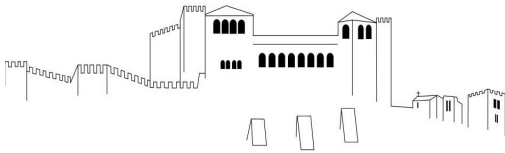
- a Agência Portuguesa do Ambiente;*
- a Direção Regional de Agricultura e Pescas;*
- a Câmara Municipal de Leiria e os SMAS;*
- a Oikos;*
- a Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis;*
- o Politécnico de Leiria e outras Associações técnico-científicas;*
- e ainda, o setor empresarial e as escolas.*

A avaliação do estado das massas de água tem por base indicadores relacionados com parâmetros físicos, químicos e microbiológicos.

O Plano de Gestão de Região Hidrográfica dos rios Vouga, Mondego e Lis (revisto a cada 6 anos pela APA), mostra uma melhoria global do estado das massas de água na bacia hidrográfica do Rio Lis ao longo dos últimos anos. Porém, persistem ainda alguns pontos críticos para os quais deveremos estar atentos.

Atenta a estas questões, a Câmara Municipal de Leiria tem vindo a implementar várias ações com o objetivo de melhorar progressivamente o estado das massas de água e eliminar os pontos críticos ainda existentes no troço urbano e ao longo da rede hidrográfica. Este tipo de intervenções são complexas e envolvem custos elevados.

Ao nível do saneamento tem havido um forte investimento na última década, quer na expansão da rede de saneamento quer na remodelação dos sistemas existentes. A título de exemplo, refira-se a remodelação da rede de saneamento na Rua dos Mártires, na Av. Nossa Senhora de Fátima e na Av. General Humberto Delgado cujas intervenções irão minimizar os problemas de poluição no troço urbano. Atualmente a cobertura da rede de saneamento no concelho ronda os 95%, tendo sido investido mais de 30 milhões de euros durante a última década. O investimento nesta área irá continuar até atingir a totalidade da cobertura da rede de saneamento no concelho, assim como as campanhas de sensibilização junto da população para aderir à rede quando este serviço está disponível. Ainda na área do saneamento, em 2021 está previsto a limpeza e a reabilitação do "caneiro" da cidade bem como ações de fiscalização com recurso a equipamentos de deteção de ligações indevidas. A reconversão dos sistemas unitários em sistemas separativos será outro dos objetivos a implementar durante os próximos anos. É neste contexto que os SMAS de Leiria surgem como uma das entidades que mais tem vindo a



Município de Leiria
Assembleia Municipal

contribuir para a melhoria da qualidade das massas de água na bacia hidrográfica do Rio Lis e na preservação dos ecossistemas.

No que se refere à Rede da Bacia Hidrográfica do Rio Lis tem havido várias intervenções ao nível da limpeza e renaturalização das linhas de água, em articulação com outras entidades entre as quais a APA. Tendo por base o estudo realizado de caracterização da rede hidrográfica do concelho de Leiria, atualmente está em curso a elaboração do "Plano Estratégico de Reabilitação de Linhas de Água" que irá definir as prioridades de intervenção na rede hidrográfica durante os próximos anos, por forma a restabelecer os ecossistemas naturais e devolver à comunidade esses espaços ribeirinhos.

No que concerne à vigilância e à proteção ambiental foi lançado recentemente o Sistema Municipal de Vigilância Ambiental, que permitiu definir os locais de amostragem da qualidade da água, tendo por base a rede de amostragem da APA utilizada para a Diretiva Quadro da Água e o Plano de Gestão da Região Hidrográfica. Este estudo resultou na criação de uma rede de monitorização com periodicidade mensal e que iniciou a 22 de março com a obtenção dos primeiros resultados. Os pontos de monitorização incluem a vigilância de linhas de água, dos solos dos campos do Lis e das explorações pecuárias inseridas no Plano de Ação da DRAP Centro. Estas campanhas irão permitir a construção de um histórico de avaliação da qualidade das massas de água no Rio Lis, inexistente à data. Considerando os custos envolvidos, as análises da água serão realizadas no Laboratório dos SMAS, tendo este espaço sido adaptado para abranger mais esta valência.

Para concluir, de referir ainda que o Sistema Municipal de Vigilância Ambiental permite a qualquer cidadão reportar as ocorrências e infrações ambientais e desta forma contribuir para a sustentabilidade do ambiente e a preservação dos recursos naturais, entre os quais os recursos hídricos.

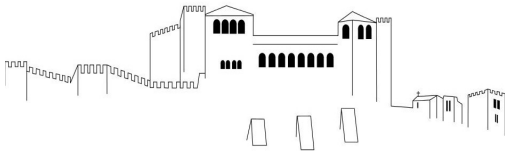
Muito obrigado!"

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, deu início a uma segunda ronda de intervenções.

Intervenção do senhor deputado Micael Sousa – PS

Cumprimentou todos os presentes.

Agradeceu ao deputado António Pereira de Melo o fato de o ter citado, embora ache que não seja um assunto de interesse para o concelho e para o município inteiro, no entanto, referi ter necessidade de esclarecer algumas coisas porque na interpretação que fez não referiu tudo o que está no artigo. Afirmou que a sua área de investigação e trabalho é em planeamento do território, o que faz com que conheça muitos municípios, não só o de Leiria. Esclareceu que o artigo era sobre Portugal municipal e os processos de planeamento que existem em todos os concelhos e, infelizmente, eles não são tão



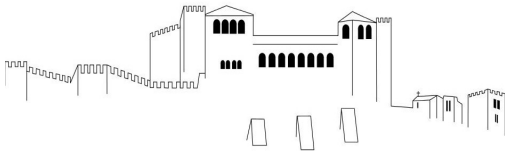
Município de Leiria Assembleia Municipal

participados quanto isso. Disse referir-se também ao modo como são elaborados os programas eleitorais e a sua relação com o planeamento do território. Continuou dizendo que no artigo em causa encontra-se na parte final a sua recomendação de que possam ser feitos mais processos de planeamento colaborativo, algo a que está associado o planeamento contínuo, planeamento esse que vai ser feito ao longo da execução dos planos e que está associado a adaptações constantes. Na sua opinião, essas adaptações devem ser feitas por muitos motivos, isto porque as realidades mudam, as opiniões das populações e das pessoas que vão participando não são sempre as mesmas e à medida que vão participando elas podem e devem mudar essas opiniões. Disse que os políticos que nelas participam também devem mudar as opiniões quanto isso é tecnicamente fundamentado. No que diz respeito ao atual executivo referiu denotar que houve pelo menos duas a três iniciativas de implementação de processos contínuos de planeamento colaborativo envolvendo a possibilidade de participação de pessoas e dos chamados stakeholders, que são as pessoas que representam interesses, causas públicas ou uma certa franja da sociedade. Confirmou que isso foi incluído e que houve e há essa intenção, continuando sempre a dar o seu contributo e a reforçar que mesmo nesses casos, que são poucos ainda, devem-se reforçar mais essas abordagens mais colaborativas e participativas. Na sua opinião estão a ser dados passos positivos e o executivo está a fazer esse processo, mas tem de continuar de modo a mudar o tal panorama negativo de falta de cumprimento das metas porque as metas e os programas não são feitos de modo colaborativo com todos os envolvidos. Considera que esta será uma forma de fazer isso, pensa que os passos estão a ser dados e se continuarem neste caminho seguramente terão melhores planos que devem ser adaptados continuamente, mantendo alguma matriz. Concluiu dizendo que assim parece-lhe poderem corrigir aquilo que pode ter sido a sua leitura, uma leitura talvez um pouco enviesada partidariamente. Reforçou que a sua intenção não é essa uma vez que não escreveu esse texto como membro de qualquer partido ou sequer membro da Assembleia.

Intervenção do senhor deputado **Paulo Pedro – PS**

Cumprimentou todos os presentes.

Pegando nas palavras do senhor deputado Manuel Azenha disse que também não gostou de ouvir algumas das declarações do senhor Ministro na Assembleia da República, sobretudo quando consideram os espalhamentos a solução maioritária para este problema, quando acham que essa é apenas mais uma peça na estratégia a utilizar e, mesmo assim, tem que ter muitas regras para poder funcionar. Relativamente à questão de Recilis, que já deu muitas provas de que não merece o nosso benefício da dúvida. Referiu já não concordar com o senhor deputado Manuel Azenha na questão que deve ser o Município a agarrar a construção da ETES.



Município de Leiria Assembleia Municipal

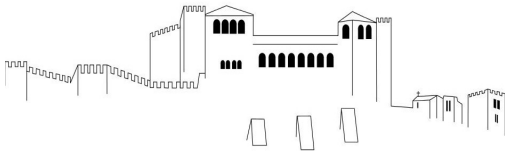
Relembrou que os deputados mais velhos já assistiram à inauguração de duas ETAR's, dedicadas exclusivamente aos suicultores e financiadas com fundos públicos que rapidamente deixaram inutilizar por falta de manutenção e porque era mais barato não tratar e despejar todos sabem onde. Afirmou estranhar que o Bloco de Esquerda aponte agora firmemente no financiamento público para a ETES quando no passado achava que este era um problema dos suicultores. Por fim lembrou ao senhor deputado Manuel Azenha, e não só, que nesta Assembleia foi aprovada uma grelha para se poder utilizar na questão do interesse público municipal. Depois dessa grelha aprovada alguns dos processos que aqui vieram foram chumbados não sendo verdade o conceito de que tudo foi aprovado nesta Assembleia de interesse público municipal.

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes**

Iniciou a sua intervenção referindo que iria tentar responder a algumas questões que considera mais oportunas.

No que diz respeito à intervenção do deputado Acácio de Sousa sobre as obras no Castelo de Leiria e a sua importância para esta fase que se pretende de recuperação económica disse ser fundamental a recuperação do património, a conservação do património e da nossa identidade histórica. Afirmou que o Castelo é o principal recurso de atração turística de Leiria e por isso as obras que estão a ser feitas obras irão no futuro captar não só visitantes, mas turistas à nossa cidade e à nossa região permitindo não só resolver problemas de patologias de algumas zonas do Castelo que resultam da degradação e da erosão ambiental ao longo das últimas décadas e, por outro lado, a construção dos acessos mecânicos irá possibilitar que visitantes com baixa mobilidade possam desfrutar de uma visita confortável ao Castelo e assim aumentar o número de visitantes, a receita do Município e torná-lo mais atrativo a quem visita a cidade. Continuou dizendo que as obras no Castelo de Leiria são, do ponto de vista patrimonial, uma referência, do ponto de vista da acessibilidade uma grande vitória pois irá permitir no contexto cultural ter novos espaços de usufruto de artistas e por isso vivenciar também aquele património tão importante de Portugal do ponto de vista cultural.

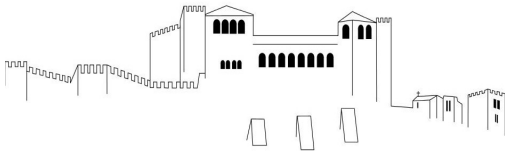
Relativamente à intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo sobre a lógica dos programas eleitorais e os recuos na construção do multiusos e a sua ligação à construção do estádio afirmou ser interessante fazer esta ligação porque o estádio representou um investimento, por ter sido mal planeado, superior ao que inicialmente tinha sido orçamentado, desvio esse não de dezenas ou centenas de milhares de euros, mas sim de milhões de euros que hipotecaram durante os últimos 15 anos o desenvolvimento do concelho, em especial das freguesias, o que fez com que a construção do multiusos, cujo orçamento inicial era de 12 milhões de euros com o compromisso de honra que não iria custar nem mais um cêntimo, a proposta que têm em



Município de Leiria Assembleia Municipal

cima da mesa e ainda não está concluída vai, no mínimo, para 20 milhões de euros com tendência a poder ser aumentado esse valor. Por isso, aquilo que assumiu quando tomou posse como Presidente é que este tipo de investimento tem que ser um investimento que seja reprodutivo, que consiga gerar receitas e retoma daquilo que é um investimento municipal. Referiu ser um investimento que não tem garantido fundos comunitários, apenas fundos próprios o que, por uma questão de prudência e porque estamos a viver uma das crises económicas e pandémicas mais grave dos últimos 100 anos, obriga-os a tomar decisões ponderadas.

Em relação à questão apresentada pelo deputado Manuel Azenha, do Bloco de Esquerda, relativamente à audição na Assembleia da República por parte do ministro do Ambiente e do senhor deputado Raul Castro disse que, como é óbvio, não iria comentar as declarações nem de um nem de outro. Afirmou terem uma visão muito clara em termos de prioridade bem visível nos últimos meses e no último ano da importância que o ambiente tem para a sua ação política futura. Referiu terem já dado provas disso e pretenderem continuar a dar pois sabem claramente onde é que estão os problemas, problemas esses que não são recentes. Relembrou que as problemáticas das suiniculturas têm mais de 50 anos, não sendo um problema do último ano. Afirmou que por tudo isso sabem que têm de colocar muito empenho político na resolução dessa problemática ambiental. Disse que hoje possuem uma noção muito exata de qual é a opinião que os Leirienses têm relativamente às questões ambientais do concelho. Referiu que no topo das prioridades, no topo das preocupações está a poluição das suiniculturas, fator decisivo de intervenção nos próximos anos. Afirmou ser também evidente, pela maneira como o processo de solução não tem evoluído ao ritmo desejado, simplesmente não tem evoluído tornar-se, no seu entender, necessário que a Câmara assuma no futuro mandato um protagonismo diferente na resolução deste problema, porque só eles que estão cá todos os dias é que vão ser capazes de resolver porque só quem vive as consequências desta poluição é que vai colocar empenho na sua resolução mais rápida. Referiu que como economista defende o conceito de poluidor-pagador e por uma questão de equilíbrio tem que dar razão ao senhor Ministro. Questionou sobre quem é que concorda que sejam todos os Leirienses a pagar aquilo que outros poluem quando há tanto setor económico que eles próprios pagam para tratar os seus desperdícios e os seus efluentes. Questionou ainda porque é que há-de existir um setor diferente dos outros todos. Referiu que relativamente à questão do Ambiente e das suiniculturas tem que se fazer necessariamente um cordão sanitário não podendo ser uma arma de arremesso político entre partidos porque os grandes partidos, seja o PS, o PSD ou o CDS-PP, tiveram sempre responsabilidades de inoperância na solução do problema. Considera ser necessário existir uma resposta mais musculada de base local, mas tem que haver



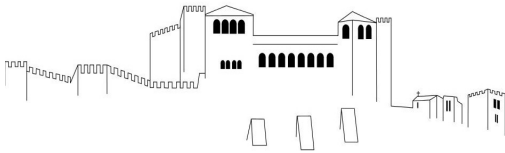
Município de Leiria Assembleia Municipal

condições para poderem intervir, condições do ponto de vista legal, do ponto de vista da competência técnica e científica e contar com o apoio da investigação nacional a conseguir valorizar o efluente criando produtos que possam ser reintroduzidos na economia, o que obriga a ter tecnologia, conhecimento e inovação. Continuou a sua intervenção dizendo que hoje as soluções de tratamento não são uma solução única, mas sim uma solução de recurso porque antes dessa existem outras possibilidades de valorização daquilo que é o efluente, quer seja do ponto de vista energético, do ponto de vista de fertilizantes, do ponto de vista de valorização agrícola.

Mencionou a intervenção da deputada Joana Cartaxo, que falou sobre a questão do 1º de maio e da importância que representa no contexto daquilo que é o emprego em Portugal e o qual subscreve.

Referiu a intervenção do deputado Renato Cruz que falou sobre a questão de um balanço que é feito no âmbito de Leiria no combate à pandemia e quando existe um estudo de uma entidade independente como a DECO, em que os Leirienses consideram que o município de Leiria foi o melhor do país no combate à pandemia considera ser algo que deve encher de orgulho todos aqueles que estiveram envolvidos desde as autarquias, os serviços de saúde, que tiveram uma resposta extraordinária, os serviços da área social, o associativismo empresarial, as empresas a título individual. Afirmou ter sido nesta fase, neste período que mostraram a resiliência e aquilo que nos distingue dos outros povos no nosso território, o termos uma grande capacidade de entreaajuda e um grande sacrifício e espírito de missão pública que fez com que conseguíssemos estancar muitas vezes a pandemia em momentos em que o país tinha níveis de transmissão muito superiores aos do nosso concelho. Continuou dizendo ter sido a melhor capital de distrito no combate ao covid, em que tivemos sempre dias de muito mais abertura à atividade económica do que outras capitais de distrito e de outros concelhos vizinhos, algo que tem um impacto na economia extraordinário. Referiu que hoje há restaurantes abertos e, só para terem uma ideia, desde que ontem foi feito o anúncio do Primeiro-Ministro de que neste fim de semana havia desconfinamento os restaurantes, no dia da Mãe, em 15 minutos ficaram totalmente com as reservas esgotadas. Afirmou que as pessoas têm necessidade de ter atividade económica e por isso considera que todo o esforço de proteção e de combate à pandemia foi uma vitória para a economia. Disse ter sido algo no qual continuam sempre focados, na promoção da saúde, mas também na promoção da atividade económica.

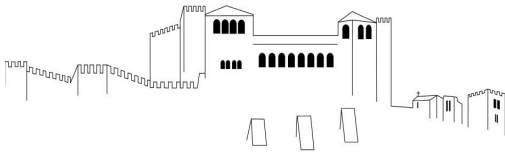
Sobre a intervenção do deputado Carlos Barbeiro e a questão da saúde e da USF de Amor e da Bidoeira, tendo também em curso o centro de saúde de Parceiros, esclareceu serem investimentos extraordinários e fundamentais para a sua estratégia de criar um concelho onde o bem-estar social seja uma referência sendo a saúde cada vez mais uma das prioridades governativas e não apenas um cliché só porque se está no meio de uma



Município de Leiria Assembleia Municipal

pandemia. Disse ser algo que já achavam e não são os primeiros centros de saúde que se arranjam e que se modernizam. Já tinham feito intervenções no passado e preveem, no futuro, fazer mais. Tencionam completar a sua rede de centros de saúde com melhores condições para os seus profissionais e para os seus utentes. Considera que um centro de saúde nas freguesias, com qualidade, é um fator decisivo para fixar pessoas, para lhes transmitir qualidade e segurança à sua vida, algo fundamental para fixar pessoas nos diversos territórios. Afirmou que a saúde será e deverá ser uma prioridade muito grande e é uma prioridade no plano de recuperação e resiliência. Referiu que muitas vezes critica-se o país pela sua incompetência, mas foi o país da Europa a apresentar o plano em 1ª mão. Disse existirem países muito mais desenvolvidos e também países com muito mais dificuldade que Portugal e que não têm ainda o plano feito. O nosso país, felizmente, já o conseguiu preparar com os diversos contributos ao longo dos últimos meses e nessa área a resiliência na área da saúde é um fator decisivo e, portanto, seja através do PRE, do quadro comunitário 2030 hão-de candidatar a nova geração de centros de saúde para poderem desenvolver a nossa rede de centros de saúde nos próximos anos.

Relativamente à intervenção do deputado Fábio Joaquim do CDS-PP, sobre a questão do marketing digital e dos gastos que se registaram nos meses de março e abril, esclareceu não ser apenas marketing digital. A digitalização da economia, a digitalização da ação na ação cultural, desportiva e educativa, os diversos webinars foram fundamentais para a transmissão de mensagens de segurança à população tendo explicado que estes meios são os mais eficazes para comunicar com a população dado que, neste momento, estão impedidos de contactar diretamente com as pessoas através de seminários, encontros cara-a-cara. Disse que utilizar a ferramenta digital é, naturalmente, uma parte significativa deste dinheiro e foi utilizado para garantir o desenvolvimento do Leiria Market e a todas as condições inerentes ao relançamento da economia, nomeadamente o comércio, para se conseguir durante o período em que as pessoas não podiam fazer atividades comerciais de porta aberta pudessem fazê-lo através de uma maneira digital. Explicou que o forte investimento efetuado durante os meses de março e abril deveu-se ao fato de serem esses os meses em que estiveram impedidos de efetuar atividades económicas de modo a reforçar a sua aposta no comércio digital e na promoção de trocas e ações políticas na área digital. Justificou que a especificidade deste trabalho não é possível de fazer através da contratação de técnicos no curto prazo pela Câmara Municipal. Explicou que não conseguem lançar concursos de pessoal num curto prazo de tempo e dado que estamos no meio de uma pandemia a resposta tem que ser imediata e não se pode aguardar a abertura de um procedimento concursal de contratação de recursos humanos.

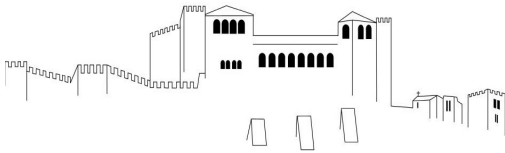


Município de Leiria Assembleia Municipal

Continuou referindo a intervenção do deputado Fábio Bernardino do PSD/MPT em que mencionou "...demasiados erros, resolver os problemas do ambiente, pensar no futuro, está mais preocupado com obra...". Voltou a dizer que cometeram muitos erros, vão continuar a cometer, quem vier para cá no futuro vai continuar a cometê-los, tentam evitar todos os dias esses erros. Apesar de evitarem muitos há outros que não conseguem evitar. No que diz respeito às questões levantadas pelo centro escolar dos Marrazes, que foi anunciado e re-anunciada a obra, disse existir um erro que não conseguem controlar que é quando uma empresa que tem a responsabilidade de fazer uma obra a abandona, ou seja, não conseguem "prender a perna" do empreiteiro à entrada da obra e obrigá-lo a fazer o trabalho. Afirmou ter sido um processo muito demorado em termos de litigância, processo esse que conhece muito bem porque foi acompanhado nos últimos dois anos por ele, pelo Vereador Ricardo, pelo gabinete jurídico e outros colaboradores da Câmara. Felizmente foi chegado a um acordo, foi lançado o concurso, para o qual já existem propostas, o júri dentro de poucas semanas analisará as mesmas, vai ser adjudicado, vai a Tribunal de Contas de onde há-de vir visado e depois a obra será retomada pois é esse o seu objetivo e desejo dado ser uma obra muito importante que atinge os valores de 6 milhões de euros, possuindo fundos comunitários, e por isso pretendem lançá-la o mais rapidamente possível.

No que diz respeito à questão da aposta entre os elevadores do Castelo versus as Termas de Monte Real disse que o conceito de política populista em atribuir a responsabilidade a uma Câmara Municipal pelo encerramento das Termas é algo que é feito ou por pura ignorância ou por uma técnica de populismo político, sendo de opinião que é mais pela segunda opção. Afirmou ser uma tendência para a qual o PSD em Leiria está cada vez mais adepto, mas as pessoas não gostam disso e nesse campeonato já existe alguém que está muito bem preparado e que já tem muitos adeptos, adeptos esses que são só uma franja existindo já há uma pessoa que os consegue captar melhor do que o PSD. Referiu que dizer que a Câmara é responsável pelo problema das Termas de Monte Real quando toda a gente sabe que as termas não estão abertas por questões da qualidade da água resultantes de um acidente ambiental registado há uns anos atrás, ao qual a Câmara não tem responsabilidade porque as Termas não são suas, é claramente atribuir uma responsabilidade à Câmara quando ela não a tem. Afirmou que tal como reconhece os erros que cometem não aceita que lhe atribuam erros pelos quais não tem responsabilidade nenhuma. Apesar de também cometerem alguns erros, os Leirienses ainda acham que Leiria é a 2ª capital de distrito do país para viver.

Sobre a questão do deputado Ricardo Gomes sobre o estado das massas de água dos rios e do trabalho que tem sido feito disse ser uma área prioritária que está muito associada na zona urbana à resolução dos problemas de saneamento e ao processo separativo entre



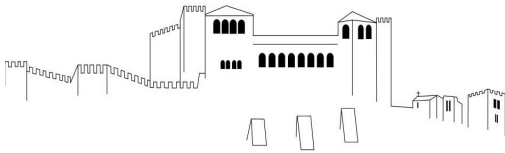
Município de Leiria Assembleia Municipal

as águas residuais e as águas pluviais. Afirmou ser uma área que obriga a muito trabalho, área onde têm feito muitas obras e onde vão continuar a investir nelas, não só na monitorização, mas também na obra.

No que diz respeito às questões levantadas pelo deputado Micael Sousa sobre o planeamento urbanístico do território, de cuja área ele é um especialista, disse não ter lido o artigo em causa, mas conhece o seu potencial, a maneira como pensa a cidadania e o planeamento participativo podendo por isso afirmar que ele estava seguramente a referir-se ao contexto nacional. Referiu que durante um ano houve uma equipa, liderada pelo Professor Carlos André, a fazer um plano participativo tendo o mesmo sido criticado. Continuou dizendo que existe há cerca de um ano uma equipa a desenvolver o plano estratégico do Município para a cultura como processo participativo. O plano estratégico da saúde demorou mais de um ano a fazer, com a colaboração do Politécnico, o que significa que em ambos os casos o Município possui provas dadas na área do planeamento. Mencionou ainda o planeamento para a habitação, sobre aquilo que é a sua visão para o futuro no que diz respeito à habitação, que não inclui só a habitação social, mas sim num contexto mais amplo. Reconheceu que ferramentas de planeamento existem e que são seguidas as técnicas usadas naquilo que é o planeamento estratégico o que faz com que atualmente a Câmara possua ferramentas importantes com indicadores e com metas nas mais diversas áreas, alguns até documentos mais antigos, como é o caso na área do ambiente, com metas muito claras para atingir.

Por último, relativamente à intervenção do deputado Paulo Pedro sobre a ETES e aquilo que é o desalento no que diz respeito a esta área da solução com a qual também se identifica, disse ser uma das áreas onde devem colocar o seu empenho político para a sua resolução.

Terminadas as intervenções e antes de passar ao “Período da Ordem do Dia” o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, manifestou a sua intenção de fazer uma pequena comunicação de carácter pessoal. Disse ter tido sempre o cuidado de informar a Assembleia, os senhores deputados, ou pelo menos os líderes das bancadas, antes de qualquer acontecimento, fosse ele qual fosse, antes de colocar no Facebook, antes de ser anunciado nos jornais, etc. Por tudo isso comunicou que no mês de janeiro participou ao senhor Presidente da concelhia do PS, que curiosamente é o senhor Presidente da Câmara, que não iria fazer parte, não iria integrar qualquer lista para as próximas eleições autárquicas. Afirmou ter feito a sua parte em termos de serviço ao Município de Leiria ao longo de mais de 40 anos, relembrando ter efetuado dois mandatos de vereador, mais um quarto de outro, tendo integrado 6, 7 ou 8 Assembleias Municipais (tantas que já nem se recorda do número exato) e culminou na atual com a sua presidência da Assembleia, trabalho esse que lhe



Município de Leiria Assembleia Municipal

deu um enorme prazer desempenhar. Afirmou que tudo tem um fim e a idade não perdoa e, portanto, entende que deve sair pelo seu pé e deve ser agora que deve tomar essa atitude. Referiu que em breve vão ser informados de quem será o cabeça de lista à Assembleia Municipal, informação que ainda não se sabe porque ainda não está efetivamente escolhido. Acrescentou que a única coisa que se sabe neste momento é quem não é pois não vai integrar nenhuma lista para esse efeito. Continuou dizendo que haverá tempo para fazer as despedidas, para fazer os balanços, e com toda a certeza que antes da próxima sessão de 18 de junho vão ser informados da escolha do cabeça de lista do PS para as próximas autárquicas que, eventualmente, se for eleito nas eleições e se for eleito depois na eleição da Assembleia será um novo Presidente da Assembleia Municipal. Uma vez mais disse que vão ter muito tempo para conversar, para fazer um balanço daquilo que fizeram, daquilo que não puderam fazer e fazerem as suas despedidas e os seus desejos para que seja a continuação da vossa vida partidária e da vossa vida pessoal. Agradeceu a todos.

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, passou para o "Período da Ordem do Dia".

******* PERÍODO DA ORDEM DO DIA *******

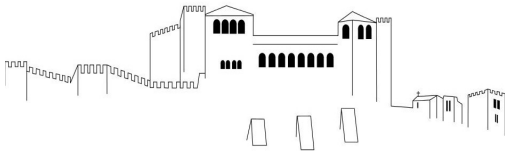
Ponto 1 - Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, no seguimento da intervenção do senhor Presidente da Assembleia, deixou uma palavra de apreço e reconhecimento, não só pela amizade, mas também pela maneira elevada que conduziu as reuniões da Assembleia Municipal neste mandato.

Sobre este ponto referiu estar disponível para responder a eventuais questões que pretendam colocar.

Intervenção do senhor deputado Acácio de Sousa – PS

Acerca do relatório apresentado neste ponto disse que a seu ver é um documento exaustivo e esclarecedor, mas a propósito deste ponto e todos os pontos, apesar de falar várias vezes com o senhor Presidente da Assembleia, a informação que ele acabou de dar não deixa de ser também impactante. Afirmou querer transmitir-lhe, em nome do grupo do PS, e eventualmente, com certeza, toda a Assembleia também pensará o mesmo, o Sequeira teve aqui o mandato notável, de rigor e de muito respeito por todos



Município de Leiria Assembleia Municipal

Em relação ao relatório e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse estar perfeitamente de acordo com o mesmo.

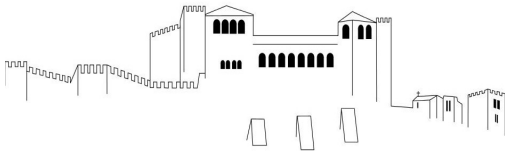
Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo - PCP**

Transcrição:

"Relativamente ao relatório, de facto, não é para votação, mas sim para apreciação e compete-nos apreciar também publicamente este relatório que para nós é claro que esta atividade neste período fica marcado por vários factos graves. Podemos até dizer que alguns são ainda mais de natureza escandalosa. É o caso, por exemplo, das obras e dos trabalhos a mais na avenida Nossa Senhora de Fátima e, por exemplo, também os do mercado municipal de Leiria. No caso do mercado, a totalizar já muito mais de 1 milhão de euros, tudo para criar um espaço que todos os comerciantes do mercado que nos abordam afirmam até ser exíguo. No caso da avenida Nossa Senhora de Fátima, o projeto tem tantas deficiências que se fosse cumprido nem sequer as redes de esgoto de vários prédios seriam possível ligar à rede pública, como é do conhecimento no documento a que tivemos acesso. Na parte sul da avenida, as deficiências do projeto em termos de estacionamento são de tal dimensão que as obras estão paradas há um mês, sabemos também devido às movimentações de moradores insatisfeitos com a solução que ia ser construída aí. Tanto num caso como noutro, para nós, são inadmissíveis as asneiras, e não são erros senhor Presidente, peço-lhe desculpa, e não se pode aceitar que os técnicos sejam acusados, como fez o senhor vereador do PSD. A culpa é dos decisores e também da Câmara toda, do Presidente e dos Vereadores que aprovaram os projetos, não dos técnicos.

Outro escândalo, para nós, é o que se passou com o processo da fundação "Régie Cooperativa", para a Capital Europeia da Cultura 2027, um processo de tal modo mal construído que o Tribunal de Contas recusou o visto, portanto, a pergunta que se faz é quanto é que custou isto tudo. A fazer fé na imprensa, só para o estudo de viabilidade económica e financeira terão sido cerca de 45 mil euros, com IVA não dedutível, mais de 55 mil euros no total. Saber que empresas ou técnicos externos também, já agora, estiveram envolvidos neste processo, como foram selecionados e quanto é que isto custou tudo. É uma informação que achamos que se impõe ser esclarecida à Assembleia e também às populações.

Não menos escandaloso, também já foi falado aqui pelo senhor deputado Fábio Bernardino, é o resultado das análises às águas do rio Lis no troço urbano realizadas pela Oikos, a indicarem um claro agravamento da poluição. Esses resultados corroboram aquilo que o PCP denuncia regularmente aqui nesta Assembleia e provam a clara insuficiência da gestão municipal em matéria que é responsável, a saber os esgotos domésticos. Ora aqui o que nós achamos é que não se pode remeter as culpas para as



Município de Leiria
Assembleia Municipal

suiniculturas, portanto, fica à mostra a desastrosa gestão municipal na área da recolha e tratamento de esgotos domésticos.

Ainda assim podemos falar também de Monte Real. O senhor Presidente também já explicou que poderia ser alguma falta de conhecimento, mas a verdade é que nós achamos que isto é um bocadinho de falta de vontade para tirar a economia de Monte Real da agonia em que vive e já a dar sinais de preocupação e, portanto, achamos que é mais do que uma falta de iniciativa para garantir o futuro e achamos que, de facto, a Câmara não entende que é necessário investir para garantir o futuro termal de Monte Real, pelo menos uma parte do que se propõe gastar em "Leiria sobre rodas", conseguir investir aqui e tirar a economia local de Monte Real desta agonia de há tantos anos. Também podemos falar de património edificado, degradação irreversível, toda a inação da Câmara. Também podemos falar da falta de qualidade urbana em bairros onde residem milhares de pessoas e da inércia da Câmara. Podemos falar do estado calamitoso de pavimentos ou passeios de inúmeras ruas da cidade e do concelho sem que se veja ação da Câmara para ultrapassar estes problemas, portanto, isto é sinteticamente o mais fidedigno relatório a dar conta da qualidade, ou da falta dela, da atividade da Câmara.

A nossa apreciação é negativa. Obrigada!"

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Transcrição:

"Eu não irei falar do relatório, irei falar da sua comunicação e não me sentiria bem se não o fizesse pois na política não há inimigos, há adversários, o que me leva a admitir publicamente o prazer e o gosto que tive em trabalhar consigo, a forma como dignificou esta Assembleia, se hoje nos estão a ver em casa, a si se deve, e pela elevação com que sempre conduziu os trabalhos e tratou os deputados que fazem parte desta Assembleia . Obrigado!"

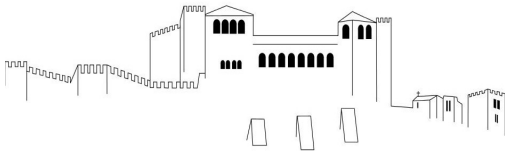
O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, afirmou não ter muito mais a acrescentar ao que foi dito.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, passou à apresentação do ponto n.º 2 pois o ponto n.º 1 não carece de votação.

2. VI Alteração Modificativa Orçamento Municipal de 2021 - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, afirmou estar disponível para responder a questões que possam surgir.

Intervenção da senhora deputada municipal Telma Curado – PS



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Cumprimentou todos os presentes.

Transcrição:

"Relativamente a esta VI Alteração Modificativa do Orçamento Municipal eu gostaria de referir apenas um pouco aquilo que me parece óbvio. Os tempos que vivemos têm-nos obrigado a priorizar as prioridades. Naturalmente que alguns projetos, algumas despesas, algumas rubricas estão momentaneamente pendentes de execução por essa mesma razão e também por questões processuais ou burocráticas são absolutamente normais nas circunstâncias em que nos encontramos. Por isso, modificações e alterações sempre existiram em qualquer orçamento e o objetivo passa sempre por adequar o mais possível o orçamento à realidade e às necessidades mais prementes do momento. O esforço, cremos nós, deve continuar a ser o de adequar e dotar com os fundos necessários os meios e ações para garantir aquilo que, neste momento, é necessário fazer.

Obrigada!"

Intervenção do senhor deputado **António Pereira de Melo – PSD/MPT**

Transcrição:

"A proposta apresentada pelo executivo pretende alterar o plano plurianual para o ano 2021 transferindo do objetivo 1 para objetivo 4 o quantitativo de 2000 €.

Esta transferência não constitui, a nosso ver, nenhum problema.

Não concordamos, contudo, com a proposta de transferência, relativa aos anos 2022, 2023 e 2024, do quantitativo de 75000 € (25000 € por ano) da rubrica conservação de edifícios para a rubrica manutenção de maquinaria e equipamento.

Esta transferência, se bem que dentro do mesmo objetivo orçamental, resultante do fato de não se prever para já o início das obras programadas, não se justifica, contudo, pois existem de certeza outros edifícios camarários que necessitam urgentemente de obras há muito tempo.

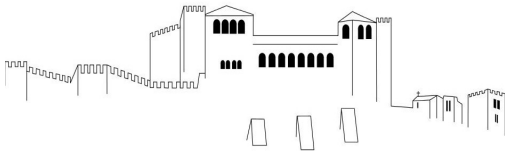
Na situação de necessitar de obras está o, já anunciado há mais dois anos nesta assembleia, edifício destinado a ser a sede da Assembleia Municipal de Leiria.

Foi dito que estaria pronto em maio do mesmo ano, mas para além do negócio com o banco nada mais ocorreu.

Já é habitual a CML comprar, urgentemente, edifícios e depois deixá-los a amadurecer como ainda acontece com o da EDP!

O PSD sugere que, por exemplo, a CML adquira e conserve o edifício em que viveu o escritor Eça de Queiroz e/ou o edifício em que trabalhou Miguel Torga.

O quantitativo em questão, 75000€, não é de certeza suficiente, mas julgamos existir nos cofres camarários verba compatível com esta operação.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Constitui para o PSD grande estranheza que o senhor presidente da Câmara tenha informado os vereadores do PSD que não faz parte dos objetivos da Câmara adquirir estes edifícios ligados a dois notáveis escritores que viveram em Leiria.

Consideramos tal atitude não louvável pois seriam dois excelentes elementos para introduzir na candidatura de Leiria a capital europeia da cultura.

Perante o acima exposto irei votar contra aprovação deste ponto.

Tenho dito!”

Intervenção do senhor deputado municipal **José Pereira dos Santos - PS**

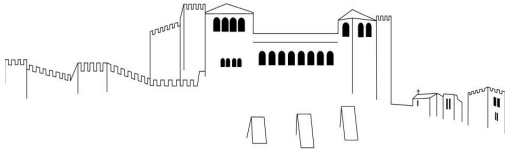
Cumprimentou todos os presentes.

Referiu não ter muito para dizer porque, na sua opinião, aquilo que o deputado Pereira de Melo acabou de dizer, ele próprio se desdisse, tem 75 mil euros mais 2 mil euros, algo que lhe faz lembrar uma velha anedota de um pedinte que está na rua a pedir esmola, passa uma senhora que lhe dá uma moeda de 5 escudos e diz: “olhe, mas não vá gastar tudo em vinho” e ele responde: “não, esteja descansada que vou comprar um apartamento.” Afirmou ser quase a mesma coisa, pois está a transferir-se 75 mil euros de uma rubrica para a outra e o deputado Pereira de Melo falou em comprar a casa do Eça de Queirós e a casa do Miguel Torga, algo que para si não faz sentido. Disse que ter vontade de falar sobre esse assunto é algo que lhe parece legítimo, trazê-lo à discussão neste assunto que estão a discutir não faz sentido porque as quantias que foram transferidas foram-no porque não tinha cabimento ficarem naquela rubrica, quando não vão ser utilizadas. Afirmou terem sido transferidas para outra rubrica onde podem ser utilizadas não fazendo sentido para a objeção do PSD. Na sua opinião não faz sentido votar contra pois é uma questão meramente técnica e que não faz sentido pois nem sequer é de carácter político.

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**

Esclareceu que esta modificação orçamental, tal como está espelhado nos documentos, refere-se a questões muito residuais. Uma tem a ver com o reforço plurianual da rubrica de manutenção de maquinaria e equipamento, que também tem novas ações, mas com valores mínimos ou baixos, como é o caso da introdução do espaço do cidadão na freguesia de Regueira de Pontes, que não estava inicialmente previsto o encaixe com a saúde, e na área dos recursos humanos da educação resultante da descentralização de competências de educação para os municípios, algo que está salvaguardado com esta modificação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o Ponto **2** à votação.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 8 votos contra, com 3 abstenções** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **VI Alteração Modificativa Orçamento Municipal de 2021**.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

"Nós não nos opomos a estas alterações propostas. Ainda assim, achamos, e por isso é que votamos, ou melhor, por isso é que nos abstivemos porque, de facto, achamos que é uma oportunidade perdida para melhorar as Opções do Plano e só por isso é que fizemos a abstenção. Obrigada!"

3. Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais 2020 – 2024. Listagem de compromissos plurianuais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria – Para conhecimento;

Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD/MPT

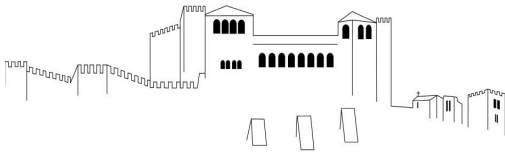
Transcrição:

"Embora este assunto seja apenas para conhecimento, após a sua leitura acho que há aqui certos compromissos que são, quanto a mim, bastante estranhos. Vejamos, na página 6, nas obras 83, 84 e 85, que são brindes promocionais e para isso temos 20 mil euros. Não sei realmente quando este serviço tem tanto que fazer na parte de saneamento e outras coisas andar a distribuir brindes promocionais, não sei para quê. Gostaria de perceber que brindes são estes. Depois, temos na página 4, na rubrica 48, consultoria jurídica. Tem 46 mil euros mais 30 mil euros, o que dá 76.757 euros. Porque é que esta consultoria jurídica não é desempenhada pelos 13 elementos jurídicos que a Câmara dispõe e que agora pretende contratar mais um 14º. Acho que realmente está-se a passar para o exterior quantitativos muito altos que podiam ser resolvidos dentro da própria Câmara e é essa pergunta que deixo ao senhor Presidente da Câmara."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes

Esclareceu que o ponto 3 (Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais 2020 – 2024. Listagem de compromissos plurianuais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria) decorre de uma obrigação legal aprovada na Assembleia. Afirmou possuírem encargos de montante inferior a cem mil euros e que têm impacto em anos seguintes. Referiu ser um procedimento que costumam trazer à reunião de Assembleia para efeitos de conhecimento.

A Assembleia Municipal de Leiria **tomou conhecimento**.



4.1. Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração do Apoio para as despesas correntes e despesas de capital –
Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes

Referiu existir uma alteração no ponto 4.5, que tem a ver com os dados que constam na adenda ao Protocolo da União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira, nomeadamente o nome por parte de quem obriga em nome da União de Freguesias, que é a Céline Moreira Gaspar, a senhora Presidente e o número de contribuinte, que é o 510 838 103. Afirmou serem estas as alterações a incluir no documento ficando este assim bem instruído.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, referiu que quando se votar o ponto 4.5 estas correções serão tidas em conta. De seguida sugeriu que os pontos 4.1 a 4.3 fossem debatidos em conjunto fazendo-se a votação de forma individual.

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Referiu pretender falar apenas sobre o ponto 4.1, afirmando possuírem duas questões que gostariam de colocar.

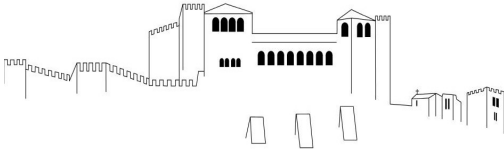
A 1ª questão tem a ver com a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes em que está previsto um apoio para restauro e pintura do lote 1 na zona industrial dos Pousos. Disse que gostariam de perceber exatamente de que edifício se trata e que uso é que tem.

A 2ª questão tem a ver com a União de Freguesias de Marrazes e Barosa em que está prevista a aquisição de uma varredora articulada. Entendem que não tendo as freguesias atribuições na matéria de limpeza pública acham que esta verba deve ser protocolada por delegação de competências e, claramente, com recursos financeiros a 100% para a aquisição, aliás, aquisição, funcionamento e manutenção. Afirmou quererem propor que isto fosse retirado e fosse estabelecido um contrato interadministrativo para este efeito que contará com o seu apoio.

Relativamente ao ponto 4.1 disse estarem acordo.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes

Esclareceu que, como é do conhecimento da Assembleia, as propostas de apoio da Câmara às Juntas de Freguesia decorrem de processos de candidatura e de prioridades que as próprias Juntas enquadram anualmente, onde têm despesa corrente e despesa de capital. Disse que dentro da despesa corrente, as questões relacionadas com as pinturas, manutenções são habituais e, no que diz respeito ao investimento da varredoura, será um investimento muito importante, sobretudo numa freguesia de grande dimensão com a da



Município de Leiria
Assembleia Municipal

União de Freguesias, que irá permitir desempenhar funções muito importantes na manutenção do espaço público, motivo pelo qual consideram bastante importante esta aposta, aposta essa que poderá servir de piloto para utilização deste tipo de maquinaria. Referiu estar já delegado, descentralizado a competência das Freguesias na limpeza de muitas das vias municipais. Continuou dizendo que este tipo de maquinaria irá permitir vencer uma das grandes dificuldades que hoje têm que é contratar mão de obra especializada para fazer este tipo de tarefas, ou seja, quanto mais equipamentos e modernização tecnológica tiverem mais fácil será executar algumas destas tarefas motivo pelo qual acham que faz todo o sentido apoiar a iniciativa desta Junta respeitando as opções que as outras têm relativamente a outras matérias. Afirmou que estando dentro do plafond de verba disponível que definem anualmente com as Juntas de Freguesia cada uma define as suas prioridades e quando não o conseguem mudam de opção, algo que têm sempre de trazer à reunião uma vez que a lei assim o obriga.

Não havendo inscrições o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 4.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 voto contra**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração do Apoio para as despesas correntes e despesas de capital.**

Declaração de voto

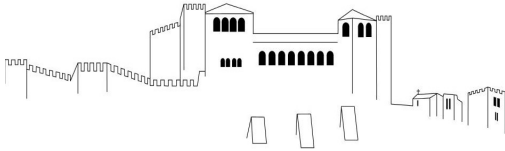
Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

"Estamos a votar contra porque das questões que levantámos ficámos com dúvidas principalmente na 1ª questão."

4.2. Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração do Apoio das despesas correntes – JF Arrabal - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 4.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração do Apoio das despesas correntes – JF Arrabal.**



Município de Leiria
Assembleia Municipal

4.3. Atribuição de Apoio Pontual para obras à União de Freguesia de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 4.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Atribuição de Apoio Pontual para obras à União de Freguesia de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes**

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, sugeriu que, por uma questão de economia de tempo, os pontos 4.4 a 4.7 fossem discutidos em conjunto sendo a votação feita em separado.

Intervenção do senhor Presidente da União Freguesias de Santa Eufémia e Boavista – Mário Rodrigues

Cumprimentou todos os presentes.

Relativamente ao ponto 4.5 solicitou ao senhor Presidente da Câmara a correção do número de contribuinte da União das Freguesias no documento pois o mesmo encontra-se incorreto. O número correto é o 510 839 525.

Não havendo mais intervenções o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, passou às votações.

4.4. Alteração ao contrato de comodato da antiga Escola EB1 de Crasto - Apreciação, discussão e votação;

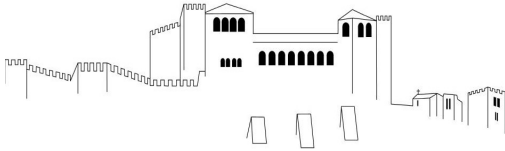
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 4.4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Alteração ao contrato de comodato da antiga Escola EB1 de Crasto.**

4.5. Adenda ao Protocolo de Colaboração entre o Município de Leiria e Doze Freguesias do Município tendo em vista a instalação e funcionamento de espaços de cidadão - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 4.5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Adenda ao Protocolo de Colaboração entre o**



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Município de Leiria e Doze Freguesias do Município tendo em vista a instalação e funcionamento de espaços de cidadão.

4.6. Contrato Interadministrativo de delegação de competências no âmbito da execução de obras diversas - 2.ª adenda - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 4.6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências no âmbito da execução de obras diversas - 2.ª adenda**.

4.7. Minuta de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências no âmbito da Educação, 2021 - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 4.7** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Minuta de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências no âmbito da Educação, 2021**.

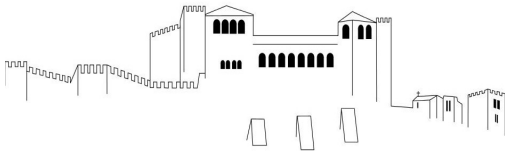
5. Adenda ao Protocolo para instalação e funcionamento de Espaços Cidadão no Município de Leiria, entre a AMA e o Município de Leiria - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Adenda ao Protocolo para instalação e funcionamento de Espaços Cidadão no Município de Leiria, entre a AMA e o Município de Leiria**.

6. Regulamento de Apoio ao Investimento e à Criação de Emprego no concelho de Leiria. 1.ª alteração - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 6** à votação.



A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Regulamento de Apoio ao Investimento e à Criação de Emprego no concelho de Leiria. 1.ª alteração.**

7. Aprovação da Estratégia Municipal de Saúde do Município de Leiria - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, prescindiu do uso da palavra.

Relativamente a esta matéria, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, deu conta de que foi realizada uma reunião entre a senhora Vereadora Ana Esperança e todos os líderes das bancadas, tendo todos sido informados na altura devida sobre os pormenores desta aprovação. Afirmou que para além de ter estado presente integra também este grupo de trabalho.

Intervenção do senhor deputado Rui Passadouro – PSD/MPT

Transcrição:

"Exmo. Senhor Presidente da AM; Exmo. Senhor Presidente da CML

Exmos. Vereadores, Senhores. Deputados, Presidentes de Junta, Imprensa e Leiriense que nos segurem nas redes sociais. Apresento os meus cumprimentos

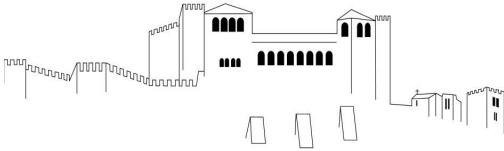
Antes de abordar o ponto em discussão quero referir-me à mensagem do Sr Presidente António Sequeira relativamente à continuidade na AM. Quero transmitir-lhe que foi com muito agrado que participei nas assembleias por si presididas. Sei que gostaria de deixar um novo edifício para a AM, tal não aconteceu, mas fica o projeto. Votos de muita saúde.

Relativamente à Estratégia Municipal de Saúde, tenho que corrigir o Senhor presidente da Câmara pois não foi o Politécnico que elaborou o plano estratégico de saúde, mas um grupo de trabalho onde o politécnico teve um papel importante, tal como a Delegação de Saúde, que apesar das imensas atividades inerentes à pandemia manteve a sua intensa colaboração na elaboração do referido plano.

A elaboração da estratégia municipal de saúde, em termos técnicos, seguiu todos os passos do planeamento em saúde, que começa no diagnóstico de situação, definição de prioridade, fixação de objetivos, seleção dos programas e metas e continuará na sua implementação, monitorização e avaliação.

Contou com a colaboração das forças vivas do concelho, bem como da população em geral, num processo de planeamento colaborativo, tal como acabou de ser exposto. Tecnicamente parece-me um bom documento.

Contudo estamos aqui para fazer uma avaliação política das opções tomadas, em termos dos eixos a desenvolver. Claro que poderia haver outras áreas de intervenção, mas



Município de Leiria
Assembleia Municipal

respeitando o método do planeamento, fixaram-se objetivos estratégicos de acordo com os problemas identificados pelos parceiros envolvidos.

No início dos trabalhos considerei que se conseguíssemos compilar e sistematizar num único documento todas as atividades que os diferentes parceiros fazem no concelho de Leiria, em termos de promoção da saúde e prevenção da doença, já teríamos um documento útil e facilitador do trabalho nesta área, e já seria uma aposta ganha.

Fomos além desse objetivo mínimo e, por exemplo, assumimos a necessidade da criação de uma coorte representativa da população leiriense, algo inédito num município, o que se vier a ser concretizado, será de uma enorme importância na avaliação de programa, projetos e na área da investigação científica.

Por outro lado, em termos políticos é obrigatório questionar sobre os grupos populacionais a envolver. Optou-se sempre pelos mais vulneráveis em cada área, cumprindo as indicações da população que colaborou na identificação de prioridades, respeitando um dos pilares do plano nacional de saúde que é a centralidade no cidadão e a necessidade de o envolver na tomada de decisão.

Em termos do compromisso de investimento há sempre a possibilidade de haver uma maior afetação de recursos financeiros. O princípio adotado foi o cumprimento da evidência científica para a fixação de um objetivo: ser mensurável, alcançável e delimitado no tempo, entre outros (objetivo smart). Assim, para um horizonte temporal de 3 anos as metas propostas, apesar de exigentes, são exequíveis.

Um dos princípios subjacentes a todo o documento é a saúde em todas as políticas, de forma a que os cidadãos e todas as instituições e empresas avaliem o impacto na saúde das opções que tomam e que consta no eixo estratégico 3: ambientes e contexto promotores de saúde.

Seremos uma sociedade evoluída quando cumprimos este desígnio.

Não sendo um documento perfeito, considero-o adequado e irá contribuir para a diminuição da carga de doença dos leirienses, através da promoção da saúde, prevenção da doença, adoção de estilos de vida saudáveis, caso venha a ser desenvolvido. Para isso, serão necessárias a atenção e o poder crítico dos leirienses, já que um plano estratégico prevê monitorização (constante) e avaliação final. Como leiriense espero ver cumprido o que agora se planeia e estarei atento.

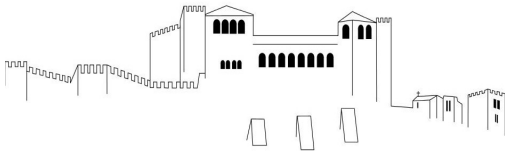
Assim, irei votar favoravelmente.

Tenho dito.”

Intervenção do senhor deputado Paulo Pedro – PS

Transcrição:

“Até aqui as câmaras municipais não tinham grande conhecimento de prática na área das políticas de saúde. Tinham nas infraestruturas físicas, mas não tanto nas políticas. Assim,



Município de Leiria Assembleia Municipal

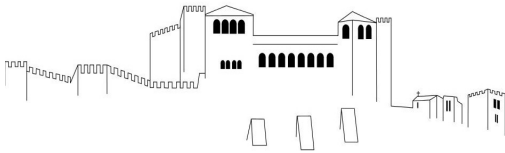
seria normal que a publicação do decreto 23/2019, com a obrigatoriedade de produção deste documento viesse a encontrar uma grande dificuldade na elaboração desta estratégia podendo cair-se no erro do recurso a entidades externas e à utilização do copy paste o que nem sempre dá bons resultados. No caso da nossa Câmara Municipal isso não aconteceu e utilizou-se muito da prata não da casa mas do concelho para criar um documento muito concreto e objetivo que me parece completamente adequado à nossa realidade. Como deputado mas também como membro eleito por esta Assembleia para o ACES Pinhal Litoral quero dar os parabéns à equipa de trabalho e aos diferentes participantes na elaboração deste documento, isto porque gerir e organizar todos os dados obtidos a partir de, entre outras coisas, mais de 40 entidades de várias áreas, nomeadamente a saúde, a educação, o emprego e da área social, etc, e de mais de 1200 respostas é um trabalho complicado. Depois ainda compatibilizar toda a informação recolhida com planos de nível superior, nomeadamente o Plano Nacional de Saúde, o Plano Regional de Saúde e o nosso Plano Local de Saúde, considero que deve ter sido um trabalho hercúleo.

Permitam-me agora que faça aqui referência a duas ou três questões que acho importantes. Referir a missão desta estratégia, promover em articulação com as entidades do Serviço Nacional de Saúde e outros parceiros sociais a melhoria dos níveis de saúde e bem-estar dos seus municípios. Acho que esta missão diz muito daquilo que se pretendia com esta estratégia. Depois referir os três eixos estratégicos de onde saíram objetivos estratégicos com ações e parceiros já perspetivados. Aquilo que parece um trabalho valioso, acho que em boa altura a Câmara tomou a iniciativa de constituir esta equipa de trabalho e de levar para a frente esta metodologia. Obrigado!"

Intervenção do senhor deputado Joana Cartaxo - PCP

"Bom, em termos de pormenor deste documento, a 1ª questão que gostaríamos só que também fosse aqui esclarecido, só por uma questão também de rigor do documento, tendo em conta que na ficha técnica todos os elementos constantes estão identificados no seu serviço, reparámos que o senhor deputado da Assembleia Municipal Micael Sousa não está com esta identificação daquilo que foi a sua função em termos de coordenação e recolha de dados para análise swot, apenas uma chamada de atenção relativamente a este rigor de informação e gostaríamos obviamente de saber e perguntar como é que aparece neste trabalho, se foi selecionado por concurso, isto por uma questão de rigor do documento.

Em termos gerais, em relação à questão da estratégia municipal de saúde para Leiria, como não é novidade, o PCP com todas as forças que compõem a CDU entende que as questões da educação e da saúde não devem ser municipalizadas portanto, para nós trata-se de direito de carácter geral e universal que devem estar disponíveis a todos os



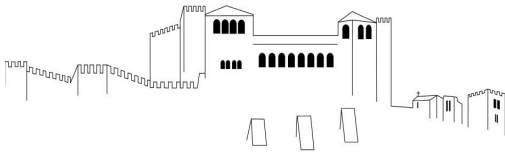
Município de Leiria
Assembleia Municipal

cidadãos residentes no país em pé de igualdade e, portanto, para nós esta questão não é obviamente protegida. É uma matéria de princípio que temos sempre defendido e não vemos sequer razão para deixar de a defender. De facto, a municipalização, ainda que apenas com esta delimitação, é fator que gera mais assimetrias no território nacional e mais desigualdade social como todos sabemos. Estas medidas ditas de descentralização induzem um desenvolvimento a várias velocidades devendo deixar expresso que amplas áreas do território nacional contribuem objetivamente para o definhamento e o seu despovoamento. Considerando que esta estratégia elaborada no quadro para responder à transferência de competências que resulta do Decreto-Lei 23/2019, o qual por sua vez emana da Lei 50/2018, o PCP entre os princípios que defende e a ação concreta vai votar contra neste ponto.”

Intervenção do senhor deputado Micael Sousa – PS

Transcrição:

Só para esclarecer, porque se calhar não ficou claro no documento, a minha participação. Eu participei aqui como investigador porque, para quem não sabe, a minha área de investigação e de trabalho é em planeamento do território, em processos participativos e processos onde aplicamos jogos, jogos aqui no sentido de cativar e envolver mais as pessoas. Para quem não sabe este processo teve algo que é inovador a nível nacional e até internacional, os vários stakeholders, vários participantes que representavam as várias instituições, as tais 40, participaram em 2 dias num processo colaborativo onde nós nivelamos as participações, equilibrámos todas as pessoas de várias áreas e todos em conjunto construíram swot's (análises com as forças, fraquezas, pontos fortes, fracos oportunidades, etc.). Todos em conjunto criaram matrizes tendo surgido 8, salvo erro. Foi um tipo de trabalho que ninguém pode dizer que é o seu trabalho individual, mas é um trabalho que resulta do coletivo e isto é altamente inovador e muito provavelmente será, eu ainda não tive oportunidade de trabalhar nisso, mas é a minha ideia depois publicar um artigo científico sobre isto, porque isto é uma coisa realmente muito nova, muito diferente e construí para aqui um processo novo através de dinâmicas de jogos, que são os jogos aplicados por objetivos sérios e aqui o objetivo sério era construir esta tal matriz para poder ser trabalhada posteriormente pela restante equipa. Portanto, a minha função foi a de desenhar, dinamizar e implementar esse processo participativo jogável ou mais dinâmico e só para informar que foi feita em regime de voluntariado, portanto, eu não recebi qualquer remuneração por isto, fiz apenas por gosto pelo concelho e para experimentar e testar mais uma destas metodologias inovadoras que, a meu ver, fiquei muito contente quando fui convidado porque houve oportunidade para fazer um processo participativo e era este um dos exemplos que falava na abertura do município para este tipo de coisas, está aqui um caso concreto. Eu não estava a fazer conta de fazer a



Município de Leiria
Assembleia Municipal

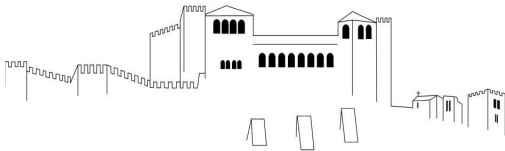
intervenção porque não queria estar aqui a fazer propaganda pessoal, mas uma vez que foi levantada, acho que tenho de esclarecer. Obrigado!”

O senhor **Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes**, solicitou à senhora Vereadora Ana Esperança que respondesse ou efetuasse algum comentário àquilo que foi dito.

Intervenção da senhora Vereadora Ana Esperança

Cumprimentou todos os presentes.

Agradeceu as intervenções anteriores pois facilitaram-lhe a vida porque, no fundo, foram dizendo aquilo que queria dizer. Apresentou alguns esclarecimentos que considera importantes, nomeadamente, na ficha técnica do documento está bem explícito quem participou e quem fez o quê. A coordenação foi sua, teve o privilégio de coordenar gente muito mais sabedora do que ela, o que lhe facilitou muito a vida. Continuou dizendo que este documento, como já foi dito anteriormente, resulta do Decreto-Lei 23, da transferência de competências que o Município de Leiria ainda não aceitou mas fez questão de preparar a vinda dessas competências o melhor possível. Referiu terem consciência de que quando as assumirem será de alma e coração. Este trabalho, do qual muito se orgulha, teve uma longa e grande equipa de trabalho tendo a sistematização deste trabalho sido efetuada pelo Professor João Paulo Marques. Aproveitou para recordar toda a equipa, nomeadamente, o Centro Hospitalar de Leiria, envolvido na pessoa da Eng^a Alexandra Borges, três internos do serviço do ACES Pinhal Litoral, orientados pelo Dr. Rui Passadouro, o Prof. João Paulo Marques do Instituto Politécnico de Leiria e 2duas técnicas da Câmara Municipal, ambas da sua divisão, e a convite de toda a equipa o convite feito ao Eng^o Micael Sousa. Continuo referindo que tiveram duas sessões de enorme trabalho, numa época de plena pandemia. Referiu que das Câmaras aqui à volta foram a primeira a conseguir fechar este documento não tendo parado durante toda a pandemia, reuniram todas as manhãs de sexta-feira. Reconheceu que o Eng^o Micael Sousa fez o método participativo e referiu que já o conhecia porque já tinha trabalhado com ele no outro num outro projeto na área do ambiente. Afirmou terem reunido mais de 40 pessoas de cada vez, num total de cerca de 80 em duas sessões, em que elas fizeram a análise e mostraram as suas leituras sobre o que é a saúde no nosso concelho. Além disso, conseguiram 1200 respostas ao inquérito que foi feito à população. Disse ser um trabalho de muitas pessoas que conseguiram produzir este documento, documento este que não está fechado, sendo um documento aberto. Esclareceu terem sido convidados, tal como o senhor Presidente da Assembleia disse anteriormente, os líderes de bancada que, apesar de não terem vindo todos, tiveram aí oportunidade de dar os seus contributos. Na sua opinião, essa altura tinha sido a ideal para apresentarem os tais contributos. Concluiu dizendo que os que participaram deram os seus contributos.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, referiu não poder deixar de agradecer a todos os que colaboraram num documento com este interesse numa altura em que mais do que nunca é dado valor a documentos sobre estratégias, sobre esta matéria e esclarecer que todas as colaborações foram pro bono. Manifestou um grande agradecimento a todos.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 7** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 2 votos contra** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Aprovação da Estratégia Municipal de Saúde do Município de Leiria**.

DECLARAÇÃO DE VOTO:

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

"Sr. Presidente, o Bloco de Esquerda não tem absolutamente nada contra o documento em si, bem pelo contrário, apenas tem a agradecer o esforço e o trabalho da equipa de trabalho e dos seus autores. Agradecer também à Vereadora Ana Esperança pela oportunidade que nos deu de discutirmos e assistirmos à participação pelos autores do documento. Todavia, este documento tem uma finalidade política que é indissociável do mesmo e que passa pela aceitação das transferências de competências na área da saúde. Ora, o Bloco de Esquerda sempre se manifestou contra estas transferências de competências e assim seria incoerente da nossa parte e uma vez que a aceitação das transferências de competências não são votadas em Assembleia, apenas a não aceitação é votada em Assembleia, seria incoerente da nossa parte estar a votar favoravelmente a um documento que, repito, não nos merece qualquer reparo, mas que, politicamente, tem uma finalidade com a qual discordamos profundamente."

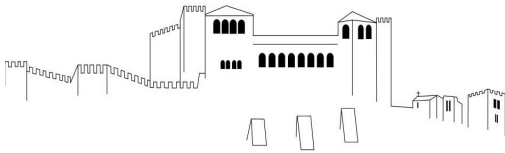
8. Estratégia Local para Habitação - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, solicitou à senhora Vereadora Ana Valentim que efetuasse uma breve apresentação sobre a matéria.

Intervenção da senhora Vereadora Ana Valentim

Cumprimentou todos os presentes.

Relativamente à Estratégia Nacional para a Habitação de Leiria começou por referir que esta surgiu no âmbito da aprovação da Estratégia Nacional de Habitação. Decorrente deste documento foi criado um novo programa de apoio nomeadamente o programa de apoio ao acesso à Habitação, mais conhecido pelo "1º Direito", tendo sido nesse contexto que surgiu a Estratégia Local de Habitação (Portaria 230/2018). Referiu ser, no fundo, o documento onde estão identificadas as carências e as soluções habitacionais que se



Município de Leiria Assembleia Municipal

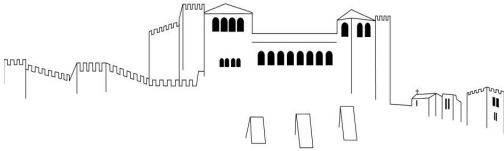
pretendem ver desenvolvidas. Chamou a atenção para o fato de aqui os munícipes terem um papel muito importante nesta área porque sendo o seu território melhor do que ninguém podem identificar aquilo que são as suas necessidades habitacionais e também aquilo que são as suas soluções.

Continuou dizendo que o objetivo em concreto da Estratégia é o de garantir o acesso a uma habitação adequada a pessoas que residam em condições habitacionais precárias. Referiu que o programa “1º Direto” é no fundo um instrumento financeiro, gerido pelo IHRU, e que permite a concessão de apoios financeiros aos municípios, ao setor social, às entidades que gerem habitação, às cooperativas de habitação e aos beneficiários diretos / proprietários que disponham de património habitacional mas que não possuam capacidade financeira para o reabilitar.

Relativamente à forma como foi organizada a Estratégia Local de Habitação de Leiria esclareceu que começaram por efetuar uma análise do contexto local, socioeconómico e habitacional do concelho, com especial foco nas carências habitacionais. De seguida foi efetuado o mapeamento, tendo recorrido às Juntas de Freguesia, às entidades do concelho que gerem habitação, à base de dados dos pedidos de habitação social, ao diagnóstico social do concelho, tendo identificado aquilo que são os recursos do Município, nomeadamente os 111 fogos de habitação social, o Programa Municipal de Participação ou Arrendamento e os fogos que existem no concelho e que não são geridos pelo município. A partir daqui disse terem definido aquilo que são as soluções a nível habitacional, definiram as prioridades e demonstraram que a Estratégia local está alinhada de acordo com os princípios do “1º Direito”. Afirmou que a partir disto definiram metas, medidas, objetivos e soluções habitacionais em dois eixos muito importantes, nomeadamente, o reforço do parque habitacional municipal para apoio a situações de carência habitacional e a erradicação de núcleos precários, que a própria Estratégia definiu como prioritários, tendo como objetivo a construção de raiz de fogos e o apoio à reabilitação do parque habitacional municipal e para outras entidades que possuam habitação no concelho, para além da reabilitação para beneficiários diretos (particulares) Deu conta daquilo que têm previsto como estimativa de investimento, que será na ordem dos 10 milhões de euros.

Concluiu a sua intervenção dizendo que o documento está em consonância com aquilo que são os diplomas legais que regulam o “1º Direito”, seguiu as orientações do IHRU através de várias reuniões, e à semelhança da Estratégia da Saúde não é um documento fechado e pode sofrer alterações em função da conjuntura local, mesmo após ser subscrito o contrato de financiamento podem solicitar alteração da sua Estratégia de Habitação.

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE



Município de Leiria Assembleia Municipal

Transcrição:

"Começo apenas por dizer que as datas que irei referir não são engano.

Recentemente, foram aprovadas na Assembleia da República uma série de medidas no sentido de garantir o direito constitucional à habitação.

Uma dessas medidas foi o programa de apoio ao acesso à habitação "1º direito" que se traduz no apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivam em condições indignas

Para a concretização deste programa o Orçamento de Estado de 2019 consagrou uma verba global de 40 milhões de euros.

Nos termos da legislação que referi, para que seja possível a candidatura ao programa "1º direito" é condição essencial que os municípios apresentem junto do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana uma Estratégia Local de Habitação que após ser aprovada permite aos municípios aceder aos apoios financeiros previstos no Orçamento de Estado.

Neste momento, e de acordo com informação prestada em Março passado pelo gabinete do Ministro das infraestruturas e habitação, cerca de 75 (setenta e cinco municípios) encontram-se a ser acompanhados pelo IHRU na elaboração da Estratégia Local de Habitação tendo em vista o acesso aos fundos previstos no Orçamento de Estado.

Leiria não é um deles...

Leiria não apresentou, nem demonstrou intenção de apresentar, uma Estratégia Local de Habitação que lhe permitisse aceder ao apoio financeiro previsto no Orçamento de Estado.

E por isso estranhei a forma como o Município estaria a desperdiçar um valor que destinado a ajudar famílias que vivam em condições indignas no Concelho.

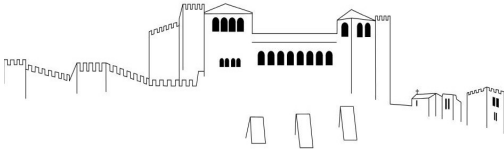
Como disse antes, eu não me enganei nas datas, esta foi a minha intervenção no PAOD da AM de 15 de Abril de 2019, há dois anos atrás.

Na altura era ainda presidente o Dr. Raul Castro que me disse, na sua resposta, para não me preocupar com a habitação em Leiria e que iria seguir uma candidatura ao programa...

Na altura não percebi a resposta, mas agora compreendo-a, o Presidente não sabia certamente ao que me estava a referir.

Hoje, iremos pois aprovar uma estratégia municipal para a habitação que tardou a aparecer, pois deveria ter sido entregue ao IHRU há 3 anos atrás.

Iremos votar favoravelmente como é óbvio, mas não podia deixar de aqui referir e deixar claro que já perdemos, ou melhor, os munícipes que vivem em condições indignas perderam, 3 anos de apoio de verbas do OE para melhorar a sua habitação por pura inércia da Câmara."

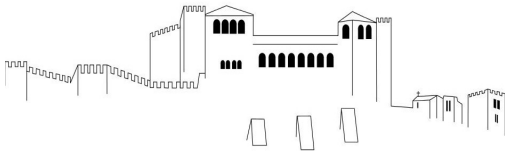


Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

"A Lei de Bases da Habitação, Lei 83/2019, é uma clara evolução relativamente à chamada nova geração de políticas de habitação conjunto de diplomas, programas, instrumentos constante na resolução do Conselho de Ministros número 50-A 2018. O PCP deu um contributo significativo para esta evolução, as diferenças são de tal importância que a Secretária de Estado da Habitação a 26 de março de 2019 declarou na Assembleia da República textualmente: "Se a Lei de Bases, tal como está escrita, fosse aprovada seria um retrocesso para a nova geração de políticas de habitação. Programas como o "1º Direito" teriam de voltar à estaca zero".

O PS ainda hesitou, mas pela força dos movimentos populares e da opinião a exigir a reversão das políticas de direita que conduziram à dominância do mercado e à assunção pelo Estado das suas responsabilidades na concretização do direito à habitação e ainda as circunstâncias políticas e sociais e o compromisso do Primeiro-Ministro e aprovar uma lei à esquerda acabou por recuar. Todavia, após as eleições legislativas, o novo Governo PS vem no seu programa, nas grandes Opções do Plano e na proposta de lei do Orçamento de Estado repor a sua clara preferência pelos programas da NGPH. É assim nos programas destinados à resolução dos problemas habitacionais das famílias mais carenciadas – o "Porta de entrada" e o "1º direito". Sobre o "1º direito", pese embora os aspetos positivos de se abrir um vasto leque de situações e parcerias, incluindo misericórdias, ipss's e cooperativas, exige dos municípios um investimento no mínimo e em média de 77% do valor das intervenções. No mínimo, porque os cálculos feitos nas chamadas estratégias locais de habitação são claramente por baixo e a transposição para os valores de mercado é feita à custa dos municípios. Ora, os valores de mercado são enquanto não haver promoção pública de habitação. Não deixa de ser curioso que nesta estratégia local a análise comparativa seja feita com municípios dos países anglo-saxónicos, limitaram-se a seguir o que já tinha sido feito no plano nacional, é pena, porque há experiências mais interessantes. Temos de deixar aqui expresso que o programa de renda acessível copia para a legislação Portuguesa o pior da legislação da Grã-Bretanha, país onde este programa é considerado responsável pela expulsão dos londrinos de Londres. Esta não é a solução mais adequada para a questão da habitação. Como a Lei de Bases determina a solução terá de passar pela promoção pública de habitação para o aumento do parque habitacional público e inclusive para propriedade cooperativa mesmo privada de custos controlados e renda condicionada com uma bolsa nacional de habitação, ainda que gerida localmente exige nova legislação de arrendamento que respeite a segurança de arrendatários e contrariando as lógicas de propina dos fundos imobiliários dos próprios senhorios. É um plano de recuperação e



Município de Leiria
Assembleia Municipal

resiliência que dá uma certa reviravolta, de facto, face à nova disponibilidade de investimento foram feitas diligências junto do Governo para aumentar a parcela de financiamento dos diversos programas da NGPH em especial no "1º direito". A essas diligências respondeu o Ministro das Infraestruturas e Habitação, em conferência de 26 de Fevereiro, garantindo o financiamento do Estado a 100%. Em fase desta evolução no quadro financeiro devem os municípios, nunca perdendo de vista a satisfação do direito à habitação é uma atribuição do Estado e uma competência do Governo avançar com contribuição para a resolução deste problema. Portanto, é neste quadro de valores que o PCP dá a sua aprovação à Estratégia Local de Habitação de Leiria, votando a favor. Obrigada."

Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD/MPT

Transcrição:

"Analisei, de um modo rápido, o documento de 155 páginas apresentado pela Câmara Municipal.

É uma obra que me parece bem estruturada e que me permitiu conhecer melhor o concelho em termos de alojamento da sua população.

Fiquei a saber da existência de muitos bairros até então para mim ignorados.

Descobri, contudo, que uma área que é para mim sensível, alojamento estudantil para o ensino superior, não está convenientemente coberta.

Este facto deve-se talvez à Câmara Municipal de Leiria considerar que este assunto diz apenas respeito ao Instituto Politécnico de Leiria.

Julgo contudo que a população escolar do IPL não deve ser ignorada pela Câmara Municipal.

Em relação ao ensino superior em Leiria, fora o IPL, todas as outras instituições de ensino superior desapareceram, nomeadamente; o Isla, o Pólo da Universidade Católica e até o Pólo do Instituto Superior Técnico, que apenas funcionou um ano letivo.

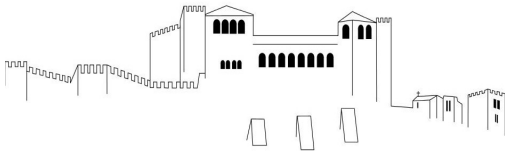
Verifico que presentemente em Leiria existem apenas quatro residências para estudantes e uma residência hotel escola o que corresponde a um total de 445 camas.

Isto para uma população de cerca de 8000 estudantes do IPL dos quais, cerca de 4000, são deslocados.

Trata-se de um número de camas que é altamente insuficiente para o número de possíveis candidatos.

Para mim é uma surpresa que o número de camas seja praticamente o existente no final da década de 90 do século passado.

Sob a minha supervisão, como presidente do IPL, tive a oportunidade de construir em Leiria quase 300 camas e deixei local, verba e projeto para a construção de mais 100, que se concretizaram logo no início deste século.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Deste modo apenas mais 145 camas foram concretizadas para além do meu mandato à frente do IPL, que terminou em março de 1999.

Devo salientar que para a construção destas residências tive a colaboração da Câmara Municipal de Leiria, então gerida pelo PSD, que através do seu presidente, Engenheiro Lemos Proença, me conseguiu gratuitamente os terrenos para as implantar.

É também de notar que os terrenos em que está implantada a Escola Superior de Tecnologia e Gestão também foram conseguidos gratuitamente pela intervenção do Engenheiro Lemos Proença.

Também nas Caldas da Rainha, os terrenos onde a escola Superior de Artes e Design, está implantada foram também concedidos gratuitamente graças à intervenção do então presidente da Câmara Dr. Fernando Costa atual vereador desta Câmara por parte do PSD. À presidência do Dr. Fernando Costa deve também o IPL, a residência para 100 alunos, que na década de noventa se construiu, nas Caldas da Rainha e que foi totalmente paga pela Câmara Municipal.

Verifica-se assim que, neste século, a Câmara Municipal de Leiria ainda não contribuiu, em termos de alojamentos, para o IPL.

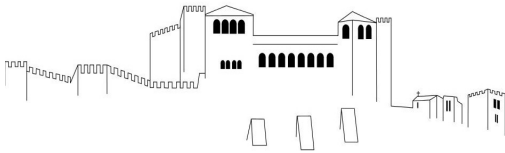
Considero que seria uma belíssima oportunidade para que o executivo camarário de Leiria agora contribuísse para a recuperação, como residência de estudantes, do convento de Santo Estêvão que foi vítima de um incêndio e carece de reconstrução.

A intervenção da CML junto dos serviços prisionais, Prisão Escola, no sentido da utilização do bairro dos guardas prisionais, presentemente ao abandono, também seria uma solução para uma residência de estudantes ou outra de população carenciada.

Tenho dito.”

Intervenção do senhor deputado Micael Sousa – PS

Referiu que a sua participação vai mais no sentido de fazer uma reflexão pois não consegue evitar pensar no futuro. Isto porque, na sua opinião, entende existir aqui mais um exemplo de um plano sectorial, algo que já se viu que o Município tem capacidade de responder consoante as necessidades e as obrigações legais à medida que vão surgindo. Disse não conseguir deixar de pensar o quão bom seria o potencial de se poder garantir que estes processos de planeamento estejam continuamente a decorrer. Esclareceu existir uma divisão para esse fim, divisão essa que tem a capacidade de planear e recolher dados e de usar as ferramentas tecnológicas que existem ao seu dispor de modo a estar constantemente a produzir. Afirmou que se se conseguir conjugar a capacidade técnica com uma capacidade de fazer, tal como foi feito para o Plano da Saúde, em que as metodologias participativas em que as várias pessoas / stakeholders estão constantemente a participar, vão existir sempre dados suficientes para responder a todos estes planos à medida que eles vão sendo precisos. Disse que a sua proposta era a de ter



Município de Leiria Assembleia Municipal

uma estratégia de planeamento continuada que pudesse ser adaptada, mas pudesse depois ser usada para tudo, para todas as eventualidades e para todas as estratégias globais do Município, sendo que se sabe que quando se consegue envolver a comunidade, estes participantes e os cidadãos é gerado aquilo que é chamada de resiliência da população local, o que significa que o próprio fato de as pessoas participarem neste tipo de coisas vai garantir que a própria comunidade sabe responder por si a futuros desafios porque gera-se uma rede de entreatajuda entre as pessoas algo que sabemos o quão importante é e foi até na própria pandemia, dependermos das nossas relações para nos ajudarmos em contexto de dificuldade. Concluiu dizendo que a sua sugestão é de que as coisas continuem a ser feitas, estes planos, mas que exista sempre um plano contínuo a decorrer, em que os cidadãos e especialistas nas várias áreas possam ir participando onde os dados estejam sempre atualizados, quer os técnicos internos, quer estes mais de uma participação externa àquilo que é o planeamento global do Município.

Intervenção da senhora Vereadora Ana Valentim

Esclareceu o senhor deputado Pereira de Melo relativamente à questão que colocou referente aos estudantes do ensino superior dizendo que o programa "1º Direito" não contempla apoio habitacional para os estudantes do ensino superior. Referiu ser um programa com um foco muito específico, nomeadamente o apoio a situações de habitação precária e reabilitação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 8** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Estratégia Local para Habitação**.

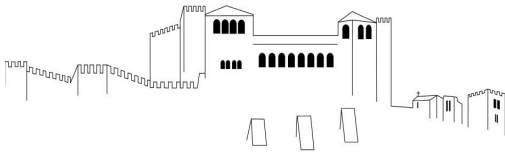
9. Orçamento Participativo - aprovação da Carta de Princípios e Normas de Participação da edição 2021-2022 – Apreciação, discussão e votação;

Relativamente a este ponto o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, esclareceu que se tratam de algumas propostas que o júri acrescentou à Carta de Princípios para o ano de 2021-2022 e existe uma verba muito superior aos 630 milhares de euros do ano passado

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, solicitou à senhora Vereadora Catarina Louro que efetuasse uma breve apresentação sobre a matéria.

Intervenção da senhora Vereadora Catarina Louro

Iniciou a sua intervenção dizendo pretenderem propor uma alteração a este ponto e também acrescentar que estão a trabalhar num projeto de regulamento municipal do orçamento participativo, algo que não foi possível preparar a tempo de entrar já em vigor

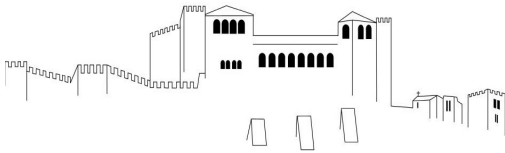


Município de Leiria Assembleia Municipal

nesta edição. Afirmou que, apesar disso, prepararam em conjunto com os líderes das diferentes bancadas esta carta de princípios e normas de participação. Esclareceu que o fato deste valor ser mais elevado tem a ver com o ano passado não terem sido apresentadas propostas no orçamento participativo jovem, acumulando esse valor na edição deste ano. Colocou à consideração da Assembleia a alteração do cronograma dado que depois do envio desta deliberação à Assembleia Municipal perceberam que seria necessário ajustar o cronograma por 2 razões. A 1ª tem a ver com o fato do prazo do próprio processo ter de iniciar antes da aprovação em Assembleia Municipal e, por outro lado, a votação das candidaturas coincidiria à partida com o período das eleições autárquicas. Disse que a sua proposta, passando a ler a mesma, seria: *"A divulgação das normas e dos documentos de participação no Orçamento Participativo passe a ser só a partir de dia 3 de maio, a apresentação de propostas comece no dia seguinte e termine no dia 25 de junho. A compilação e divulgação das propostas apresentadas de 27 de junho a 5 de julho. A análise das propostas pelos serviços municipais de 6 de julho a 15 de agosto. Afixação da lista provisória de propostas 16 de agosto. Período de reclamação de 16 de agosto a 3 de setembro. Afixação da lista definitiva de propostas 10 de setembro. Apresentação pública dos projetos sujeitos a votação de 11 de outubro a 15 de outubro. A divulgação dos projetos para votação em fichas de projeto no dia 1 de outubro. A votação será só a partir de 18 de outubro e prolongar-se-á até 29 de outubro. A divulgação dos resultados da votação dia 3 de novembro. Depois, uma fase mais interna dos contributos para a avaliação do próprio processo de 3 de novembro a 30 de novembro. E o relatório de avaliação final será apresentado a 13 de dezembro."* Disse ainda que esta informação circulou por todos os senhores deputados e senhoras deputadas, também por erro do seu gabinete, e por isso falou com o senhor Presidente da Mesa da Assembleia precisamente porque era para receber a aprovação dos líderes de bancada que têm acompanhado a Câmara Municipal neste processo.

Intervenção do senhor deputado **Fábio Joaquim – CDS-PP**

Referiu que em edições anteriores do orçamento participativo receberam alguns relatos de cidadãos que submeteram as suas propostas e que acabaram por não ter uma resposta sobre a não aprovação das mesmas. Continuou dizendo que do ponto de vista de um mecanismo que está implementado aquilo que acontece é a afixação de uma lista provisória e quem estiver descontente ou não concordar com essa lista terá que apresentar uma recomendação, ou seja, não há uma resposta ao cidadão deixando-o um bocadinho no vazio, até do ponto de vista do direito administrativo isto não será muito correto porque obriga a uma impugnação de uma lista completa quando muitas vezes em quase todos os procedimentos administrativos é permitido que o cidadão possa de certa forma retificar ou corrigir alguma insuficiência, algum lapso, algo que tenha surgido e

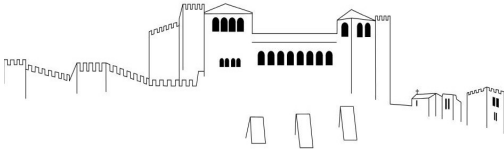


Município de Leiria Assembleia Municipal

neste mecanismo que está implementado parece-lhe que se mantém-se exatamente da mesma maneira, o que poderá trazer alguma conflitualidade e não permite ao cidadão, porque entende estar-se a falar de muitos cidadãos que querem participar e que não possuem formação de base para formular as propostas, que muitas vezes necessitam de serem aperfeiçoadas, e eventualmente levá-los à impugnação de uma lista por não terem resposta e simplesmente constatam que a sua proposta não consta de uma lista provisória sem saber realmente o motivo. Concluiu solicitando esclarecimentos sobre a matéria.

Intervenção do senhor deputado **Micael Sousa – PS**

Afirmou ter dito na última intervenção de que o processo de planeamento contínuo e o orçamento participativo é provavelmente o melhor mecanismo que se tem para que as populações possam participar efetivamente nos processos de tomada de decisão e planeamento dos municípios. Recordou que o Orçamento Participativo tem o objetivo de fazer a participação existindo muitos níveis de participação, sendo que a votação é provavelmente o mais baixo de todos e aquele que é o mais elevado é a chamada colaboração. Esclareceu que o seu comentário a este ponto é no sentido de fazer mais uma recomendação, ou seja, dar um exemplo prático de como é que se podem fazer as tais coisas que já falou anteriormente aplicando a este caso. Disse ter havido claramente uma evolução nestas propostas de regulamento e no modo como o Orçamento Participativo está feito no Município de Leiria. Referiu que vão ter já assembleias participativas, o que considera ser um passo em frente e aquilo que propõe é já o passo a seguir, algo que até responde aquilo que o deputado Fábio Joaquim referiu, que há pessoas que provavelmente têm dificuldade em preencher aqueles documentos, mas existe outra coisa também é que podem fazer sessões participativas, presenciais ou online, onde as pessoas podem ter alguma formação para instruir as suas próprias propostas, podendo nas presenciais implementar processos colaborativos. Explicou que esta opção consiste no fato de as pessoas poderem querer participar e não ter uma ideia muito bem definida sobre o que querem apresentar, mas, em conjunto, podem trabalhar, tal como foi feito na estratégia de saúde, colaborar e produzir uma proposta coletiva que pelo menos sabem que tem a aceitação das pessoas que trabalharam nessa proposta, naquela sessão de trabalho. Continuou dizendo que isto é feito por todo o mundo, especialmente na Europa, existindo muitos casos destes considerando por isso ser mais outra forma de participar, neste caso colaborar, criar a tal resiliência da comunidade fazendo com que se tenham pelo menos propostas que têm pelo menos uma boa base sólida, porque depois nestas sessões participativas presenciais os próprios técnicos que fazem as avaliações podem estar lá a apoiar tecnicamente garantindo que as propostas possuem mais sustentabilidade, mais força até para depois recolherem mais votos dos



Município de Leiria
Assembleia Municipal

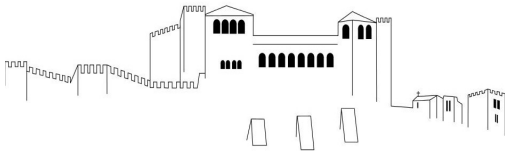
cidadãos globais que vão depois votar. Concluiu dizendo ser esta a sua recomendação para que se possa fazer o passo a seguir, evoluindo na escala da participação.

Intervenção do senhor deputado Acácio de Sousa – PS

Transcrição:

"De facto, este processo do Orçamento Participativo é um processo em contínuo, não há dúvida nenhuma. Por vezes, parece-nos que atingir a perfeição completa ou a justiça completa de todo o trabalho, que não é muito fácil, mas que se queira de fato a melhoria contínua de tudo isto, algo que se tem vindo a fazer. Quando se fala aqui, daquilo que o deputado Fábio Joaquim disse, não sei se é uma questão que, do ponto de vista administrativo haja que ter mais cuidado ou é uma questão que seja impeditiva por parte daquilo que está regulamentado ou na carta de princípios e também parece que realmente as propostas coletivas não estão impedidas neste momento, poderá ou deverá haver sim alguma insistência pedagógica, digamos assim, para capacitar aqueles que pretendem apresentar propostas. Mas há aqui uma coisa que eu queria ressaltar, o trabalho que tem sido feito nesta melhoria passo a passo e que tende a melhorar, portanto, nós vamos sempre monitorizando o que se está a passar e as dificuldades que vão acontecendo e procurando ultrapassá-las. Isto, de fato, tem sido um bom exemplo de trabalho entre os representantes de todos os grupos que estão na Assembleia Municipal, a própria Vereadora e a equipa dela, tem sido um trabalho muito intenso e muito produtivo, o que não quer dizer que estejamos sempre de acordo e ninguém "vende a alma" em termos de concepções, ideologia político-partidária, nada disso. Há por vezes ideias diferentes, mas atendendo que o que está aqui em causa é a participação dos munícipes conseguimos pontos de entendimento para avançar e é isto que eu quero realmente realçar e com certeza que não só a Vereadora e a sua equipa, mas também a própria Assembleia com os seus representantes, vai estando atenta àquilo que é necessário melhorar. É o caso por exemplo das questões trazidas pelo Fábio, algo que parece que é mais uma questão interna da gestão administrativa das coisas e, com certeza que o Orçamento Participativo vai melhorando ano a ano. Aquele percalço que a Vereadora falou de ido para todos os deputados para mim não é percalço nenhum porque e ainda bem que foi para todos porque isto é transparente quer dizer, mas depois claro que é dito e explicado. As dificuldades das datas foram ultrapassadas como têm sido todas, portanto, acho que tem sido um bom exemplo de trabalho este."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, esclareceu que aquilo que o que a senhora Vereadora quis dizer é que, efetivamente, aquele e-mail era destinado somente aos líderes, porque só eles é que estavam dentro do assunto e o meu receio é que as pessoas recebessem o e-mail e não fizessem ideia do que é que se estava a passar.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Intervenção da senhora Vereadora Catarina Louro

No seguimento das questões levantadas pelos senhor deputado Fábio Joaquim esclareceu que relativamente à resposta aos munícipes a mesma é sempre dada pois, sempre que são contactados, é emitida uma resposta personalizada e a lista provisória que é afixada tem sempre os motivos da exclusão de utentes, as candidaturas admitidas face aos critérios do regulamento e as excluídas. Referiu que o que pode acontecer ou suscitar alguma questão é o motivo de exclusão que aponta sempre o artigo das normas de participação que não foi respeitado. Disse que nesta edição podem ser um pouco mais pormenorizados, mas essa informação é sempre passada e habitualmente todas as pessoas que apresentam propostas são sempre contactadas telefonicamente pela equipa. Reconheceu poder acontecer um caso ou outro em que não conseguem falar, mas neste âmbito tentam sempre que a comunicação seja rápida, ágil e esclarecedora. Terminou dizendo ser um processo que está em construção e começaram a trabalhar precisamente no regulamento porque acham que vem dar esta estabilidade e vem melhorar todo o processo.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 9** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Orçamento Participativo - aprovação da Carta de Princípios e Normas de Participação da edição 2021-2022**.

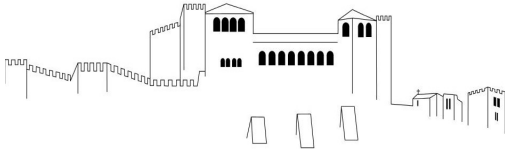
DECLARAÇÃO DE VOTO:

Intervenção da deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

"A declaração de voto vai no sentido de, tal como o senhor deputado Acácio de Sousa disse e bem, nós, desde o início também não deixámos, não escondemos esta questão, portanto, este não é o modelo que nós defendemos de participação das populações naquilo que é o orçamento ou o que é a atividade. Em todo o caso, e não obstante, queremos louvar o trabalho feito pela senhora Vereadora Catarina Louro e os seus técnicos, assim como também dar um louvor ao trabalho e ao espírito de equipa dos deputados Acácio de Sousa, Manuel Azenha, Gastão Neves mas em especial ao deputado Acácio de Sousa por tentar sempre agilizar o mais possível e temos que fazer esse reconhecimento também. Obrigada!"

10.Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Apreciação, discussão e votação;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, prescindiu do uso da palavra ficando no entanto disponível para eventuais esclarecimentos.

Intervenção do senhor deputado Carlos Barbeiro – PS

Cumprimentou todos os presentes.

Transcrição:

"O plano municipal de defesa da floresta contra incêndios vem ao encontro da Lei 124/2006 que foi depois alterada. Foi publicada alguma legislação em 2018 e acontece que o o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios vem no fundo concretizar a amplitude que a lei assim o determina. Esse plano compreende-se numa política de planeamento nacional conjugada com os distritos e com os municípios em matéria da política de defesa da floresta contra incêndios pelo que o plano agora apresentado está em conformidade com a legislação em vigor. Tenho dito!"

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo - PCP

Transcrição:

"Não tendo diretamente a ver com este assunto, enfim, com a questão deste Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a única questão que gostaria aqui de colocar é saber qual é o ponto de situação em termos da nossa moção que foi aprovada unanimemente nesta Assembleia dia 11 de dezembro e saber se há alguma informação, algum seguimento desta moção que votamos todos. Obrigada!"

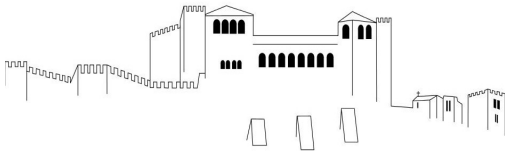
Intervenção da senhora Secretária da Junta de Freguesia do Coimbrão – Lucília Letra (em regime de substituição)

Transcrição:

"Na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos.

Como foi dito anteriormente, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) é um documento que decorre da lei e nele estão definidos objetivos e estratégias para a defesa da floresta contra incêndios, como o próprio nome indica.

Este é um trabalho moroso, complexo que se conjuga com outros instrumentos de gestão como o PDM e que acompanha as alterações legais, sendo chamadas a participar na sua preparação várias entidades, inclusivamente há vários membros desta Assembleia Municipal que fazem parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Contudo este processo não é isento de dificuldades. Se por um lado a legislação é por vezes dúbia, levando a leituras diferentes da mesma, lançando a confusão, como é exemplo a gestão de combustíveis, como já referido nesta Assembleia. Por outro lado verifica-se que infelizmente o tema da floresta continua a ser filho de um Deus menor, que apenas vem à ribalta em alturas menos positivas, como é o caso dos incêndios. Verifica-se a dificuldade em termos de recursos humanos, com um número reduzido de técnicos face à área do município (área extensa), a dificuldade em obter informação



Município de Leiria
Assembleia Municipal

atualizada e obtida junto de outras entidades e ainda a dificuldade existente relativamente à ausência de um cadastro do território do município, já anteriormente mencionado. Em resultado, continuamos a ser confrontados com atropelos à legislação, desrespeito por instrumentos de gestão como o PROF, aprovado em janeiro de 2019, com a contínua plantação, por exemplo, de novas áreas de eucalipto plantada após os incêndios de 2017.

Não posso deixar passar em claro o fato de, à data de hoje, e, apesar da recomendação da Assembleia da República, os Planos de Gestão Florestal da Mata Nacional do Urso e da Mata Nacional do Pedrógão ainda não estarem publicados, apesar de já terem passado quase 4 anos sobre os incêndios de Outubro de 2017.

Imaginem a dificuldade de preparar um Plano como é o da Defesa da Floresta Contra Incêndios, quando há uma área considerável sobre a qual a informação é escassa.

Permitam-me o desabafo, dizendo que é desolador verificar diariamente a morte destas matas, assoladas, primeiro pelo incêndio em 2017, depois pela tempestade Leslie em 2018 e agora por uma doença que afeta as poucas árvores resistentes. Associado a estes eventos a biodiversidade local resente-se e não falamos apenas da flora, mas toda a outra vida animal. Mais desolador é ver o quão pouco se consegue fazer e o desinteresse generalizado face aquilo que é a defesa da floresta.

Com isto é possível fazer algo? Sim, pode passar pela contratação de mais recursos humanos, que possam dar uma resposta atempada, assim como permitir uma real fiscalização da plantação de determinado tipo de árvores. Reforçar junto da população em geral e na comunidade escolar a sensibilização para formas de atuar que não periguem a biodiversidade e facilitem a proteção da floresta contra os incêndios.

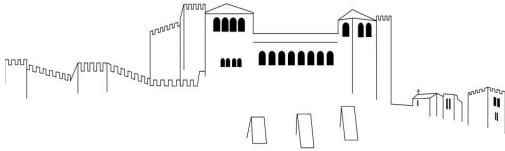
Havendo tantas plataformas, sobre tanta coisa, apostar na atualização de dados para que os Planos sejam baseados em informação o mais próxima possível da data em que estão a ser trabalhadas e finalmente avançar com o cadastro do território, que teima em não sair do papel.

Tenho dito. Obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Transcrição:

"A minha intervenção não se prende com o plano em si. Apenas constatei, na leitura do mesmo, que no processo de consulta pública houve 15 suiniculturas, e voltando à questão das suiniculturas, que munidas de interesse público municipal vieram pedir para que o mesmo fosse alterado, pois não conseguiriam obter a legalização através, ou com a aprovação que este lhes dá. A Câmara não deu provimento a esta intenção destas suiniculturas. Pegando nas palavras do senhor Presidente, e acredito que estamos todos a remar nesse sentido, temos aqui uma boa oportunidade de começar. Há 15 suiniculturas



Município de Leiria
Assembleia Municipal

que neste momento não podem ser realizadas com base neste plano. Está na hora de começar a agir.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 10** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios**.

11.Organização Interna:

11.1.Abertura de procedimento concursal de recrutamento e seleção com vista ao provimento de titular de cargo de direção intermédia de 2.º grau. Proposta para designação, pela Assembleia Municipal de Leiria, do correspondente júri de recrutamento - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, prescindiu do uso da palavra.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 11.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Abertura de procedimento concursal de recrutamento e seleção com vista ao provimento de titular de cargo de direção intermédia de 2.º grau. Proposta para designação, pela Assembleia Municipal de Leiria, do correspondente júri de recrutamento**.

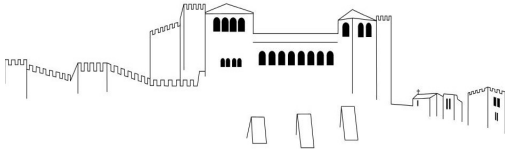
11.2.Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Leiria para 2021 – Alteração - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, prescindiu do uso da palavra.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 11.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Leiria para 2021 – Alteração**.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, aproveitou para responder à senhora deputada Joana Cartaxo que o gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, no mais curto prazo de tempo, remeteu para todas as entidades que constavam na sua proposta, não tendo até ao momento recebido qualquer resposta.



12. Relatório anual de atividades 2020 da CPCJ de Leiria de acordo com o estipulado na alínea h) do nº 2 do art.º 18º da LPCJP - Para conhecimento;

A Assembleia Municipal de Leiria tomou conhecimento.

De seguida foram colocados a votação os pontos 2 a 12 da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia Municipal de Leiria **deliberado por unanimidade**, a sua aprovação em minuta, de acordo com o ponto 3 do Artº 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia, encerrada a sessão, eram **00h46 horas**.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua **sessão extraordinária** realizada no dia **9 de julho de 2021**, deliberou **por maioria, com 1 abstenção (PCP)** aprovar a ata.

O Presidente da Assembleia
António José de Almeida Sequeira

A Técnica Superior
Catarina Isabel dos Santos Clemente